

# CORRETO ANOS REAL 20

BOLETIM DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

DEZEMBRO 2019

FOTOGRAFIA ©ANTÓNIO HOMEM CARDOSO

**O rosto da esperança  
- raízes do futuro**

**ENSAIO**  
**A SOLUÇÃO REAL**  
**- BARRILARO RUAS CONTRA**  
**A DILACERAÇÃO DOS COMPATRIOTAS**  
**POR PAULO GUNHA PORTO**

## ENTREVISTA

José Matos Correia

*“Não tenho dúvidas que o Senhor D. Duarte tem representado de forma incedível a Casa Real Portuguesa.”*

  
**CAUSA REAL**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

A radicalização do debate e a polarização que se vem verificando na vida política em Portugal, se bem que de forma menos acentuada que noutros países europeus, remete-nos para aquelas que são das mais importantes características de um Príncipe na contemporaneidade e que os monárquicos deveriam acalentar: a sua independência e imparcialidade. Como escrevia Francisco de Sousa Tavares no seu ensaio “Combate Desigual” de 1960, “(...) Nas grandes crises nacionais, nas épocas em que a Nação busca ansiosamente rumo, como é a nossa, só o Rei tem a virtualidade de se identificar com todos e com ninguém, de «servir», de realizar todos os ideais sem com eles se confundir, de consentir todas as esperanças sem que uma exclua ou mate necessariamente as outras. (...)”. É esta isenção que concede o privilégio ao Príncipe de erguer e preservar as pontes necessárias entre facções desavindas ou sensibilidades divergentes, de traçar com o seu passo o chão comum que permite os povos das nações civilizadas cooperarem e progredirem, apesar da conflitualidade que brota dos diferentes interesses e susceptibilidades que sempre existirão onde estiver a natureza humana e a sua busca de realização, individual e colectiva.

É evidente que nenhuma monarquia contemporânea sobreviverá ao esboroar radical dos consensos nacionais e de um mínimo denominador de coesão. A esse título, podemos “beber” e aprender com a postura conciliadora e abrangente e com o exemplo de vida do grande doutrinador e incansável militante monárquico que foi Henrique Barrilero Ruas (1921 – 2003), recentemente homenageado pela Real Associação de Lisboa através da edição duma antologia de textos intitulada “A Liberdade Portuguesa”. Damos profusa notícia dela e da cerimónia do seu lançamento neste número.

*Enquanto não conseguirmos explicar a todos e a cada um dos portugueses porque é que Portugal ficará muito melhor encimado pela Instituição Real, estamos proibidos de baixar os braços*

Uma nota sobre os 10 anos do Correio Real, projecto nascido em 2009 da iniciativa do nosso saudoso João Mattos e Silva, que tenho o privilégio de integrar desde a primeira hora. Os vinte números publicados até hoje reflectem, para o bem e para o mal, o pensamento e o trabalho da geração que nos nossos dias segura o estandarte da Causa Real. E este estandarte tem quase 900 anos. Não posso deixar de dar aqui vivo testemunho da minha gratidão a todos os que vêm contribuindo para tornar a nossa revista numa realidade.

A força dos monárquicos depende da sua capacidade de união em torno do essencial: a defesa da portugalidade corporizada no Príncipe e na nossa querida Família Real.

A nós exige-se, como defendia o fundador e director do Jornal “O Debate”, de larga distribuição entre 1951 e 1974, António Jacinto Ferreira (1906-1995), a promoção da boa doutrinação, “a pedra angular de toda a actividade política, (...) pois que é da adesão das inteligências mais do que das inclinações sentimentais, que há-de resultar a profunda transformação em geral desejada”. Enquanto não conseguirmos explicar a todos e a cada um dos portugueses por que é que Portugal será muito melhor encimado pela Instituição Real, estamos proibidos de baixar os braços. Só quando isso acontecer é que estaremos verdadeiramente realizados e seremos verdadeiramente livres.

**J**oão Távora,  
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



**O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA**

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.  
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira,  
das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: [secretariado@reallisboa.pt](mailto:secretariado@reallisboa.pt)

Todos os números do boletim em pdf em:  
[www.causareal.pt](http://www.causareal.pt)

Real Associação de Lisboa



**CORREIO REAL**

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Diogo Tomás, Leonor Martins de Carvalho, João Távora, João Vacas, Tomás Moreira, Carlota Cambournac (revisão final)

Design e edição: Madalena Pestana

Fotografia: ©Nuno Albuquerque

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1, alínea a)

Fotografia de capa gentilmente cedida por António Homem Cardoso, fotógrafo oficial da Casa Real Portuguesa.



Teresa Côrte-Real  
Presidente da Causa Real

## EDITORIAL



**CAUSA REAL**  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Todos nós em pequenos ouvimos uma história que começava por “Era uma vez...”. Às vezes um rei que era valente ou uma princesa muito amiga do seu povo, outras uma menina que conhecia um príncipe com quem no fim casava e era feliz. Sabemos que nem sempre estas histórias têm, na vida dos “grandes”, um final feliz, mas crescemos com elas e com o imaginário que elas projectam. Todos precisamos de referências, de sonho, de segurança e de identidade. Todos precisamos de saber o que somos e de fazer parte de uma comunidade que reconhecemos como nossa e que nos dá confiança para construir o nosso futuro.

A actual situação social e política de Portugal e da Europa levanta cada vez mais incertezas quanto ao modelo de sociedade em que vivemos e em que queremos viver. Tal como em outras épocas, vivemos tempos de mudança. O modo como a iremos enfrentar e as escolhas que faremos irão ditar muito da nossa continuidade enquanto país. É assim nosso dever, enquanto movimento, sermos impulsionadores de diálogo entre a sociedade civil em áreas que promovam o bem comum, a defesa do Estado de Direito e a coesão nacional. Fazer pensar de uma forma construtiva de forma a promover a participação cívica tanto a nível local como nacional.

*As histórias dos príncipes e das princesas da nossa infância continuam, assim e com uma renovada força, a fazer sentido.*

A Monarquia Portuguesa foi sempre inclusiva relativamente aos povos com que foi contactando. Só assim foi possível contruir a comunidade de afectos entre todos os que se sentem portugueses e que pode projectar Portugal e esse mundo lusíada de um modo ainda mais forte e coeso. Porque é de unidade na diversidade de que falamos e de que precisamos.

O sistema monárquico de chefia de estado assume hoje uma renovada modernidade e actualidade como garante de uma representatividade histórica intemporal que simboliza a identidade de um país, assegura a sua independência e garante a sua soberania, num mundo em que o fenómeno globalista quer fazer crer que esse sentimento de pertença de que

todos precisamos deixou de fazer sentido. Porque só um Rei, o primeiro dos cidadãos, pode estar acima de interesses que não os do seu país.

As histórias dos príncipes e das princesas da nossa infância continuam, assim e com uma renovada força, a fazer sentido.

20

ÍNDICE

4  
8

### OPINIÃO E DEBATE

- Elogio do Inimigo • FREI FRANCISCO MARTINS DE CARVALHO, O.P. • A Estrada do Correio Real • NUNO POMBO • O Brexit e a Rainha • DIOGO TOMÁS • O que é que os Romanos fizeram por nós? • JOÃO VACAS

### ENSAIO

- 9 • A Solução Real - Barrilaro Ruas contra a dilaceração dos compatriotas • PAULO CUNHA PORTO

### ENTREVISTA

- 12 • José Matos Correia • JOÃO TÁVORA

### NOVOS SÓCIOS

- 15 • Rogério Filipe

### JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

- 16 • Congresso electivo da JMP para o triénio 2019-2022 •

### 16 Simpósio “The future of young people’s political participation: questions, challenges and opportunities”

### NOTICIÁRIO

- 18 • Foi no Concelho da Lourinhã que se celebrou o 30º aniversário da Real Associação de Lisboa • Infanta D. Maria Francisca de Bragança investida Irmã Honorária da Irmandade de Santa Joana Princesa • A Liberdade Portuguesa: notas sobre um lançamento • Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro - Visita de S.A.R. Dom Duarte a Mogadouro • Notícias das Reais Associações

### BIBLIOTECA

- 26 • Vultos & Perfis: Luís de Almeida Braga, Alexandre de Albuquerque, João Ameal, Afonso Botelho e Guilherme Braga da Cruz • VASCO ROSA

### 30 NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II

# ELOGIO DO INIMIGO

FREI FRANCISCO MARTINS DE CARVALHO, O.P.

Um dos grandes hispanistas é sem dúvida J. H. Elliott que, nas suas obras, dedicou um grande empenho em reavivar a memória do séc. XVII e do Conde Duque de Olivares, quer publicando os seus papéis políticos quer escrevendo a sua biografia (Elliott, J.H. -Olivares - Yale 1986, Laffont, Paris 1992).

Já Gregório Marañoñ dedicara a este ministro espanhol de Filipe IV uma biografia (1936), à qual Elliott aprofunda os aspectos políticos, militares, sociais, económico-financeiros que aquele não tinha desenvolvido. No que respeita à parte pessoal, biográfica e social da sua família, Marañoñ ainda constitui a principal obra de referência, agora naturalmente atualizada quer por Elliott quer por outros.

Da obra de Elliott, gostaria de salientar alguns aspectos que têm interesse para a História de Portugal.

Em primeiro lugar, o recurso por parte do Conde Duque a cristãos-novos portugueses no seu governo para empréstimos. Ao tentar quebrar o monopólio dos genoveses, o ministro quis dar ao governo uma estabilidade económica que aliviasse o estrangulamento de Castela e da Península. De tal modo foi a importância dada a esses seus banqueiros que o próprio ministro e os seus ajudantes foram acusados, se não de sangue hebraico, pelo menos de criptojudáismo. Mais tarde, D. João IV e Padre António Vieira irão recorrer aos mesmos banqueiros para dificuldades semelhantes, tentando obter desses súbditos exilados os benefícios para o reino de Portugal, agora independente, mas fragilizado financeiramente.

Em segundo lugar, a atitude do Duque de Bragança. O futuro rei D. João IV nunca cedeu às pressões da corte espanhola, recusando quer os cargos, quer ir ter com Filipe IV que o chamava. O Duque de Bragança nunca abandonou o país tornando-se talvez assim uma reserva moral da nação apesar do seu casamento com D. Luísa de Gusmão, da casa dos Duques de Medina Sidónia. O mesmo não aconteceu com grande parte da nobreza portuguesa que por diversas razões se encontrava fora do país na altura da Restauração. Uns voltaram, outros ficaram e ainda outros só voltariam depois da paz.

Em terceiro lugar, a surpresa. O que deixou o Conde Duque estupefacto foi a unanimidade da Restauração e da aclamação do Duque de Bragança como Rei. Enquanto a revolta da Catalunha tinha sido provocada por uma escalada de violência e guerrilhas até se tornar numa completa rebelião, a Restauração foi acende do norte a sul do país e no ultramar. Exceptuando Ceuta e algumas guarnições espanholas que resistiram por pouco tempo, todos os territórios reconheceram D. João IV como rei. À ligeireza com que o ministro anunciou ao rei caste-



lhano a revolta portuguesa, dizendo-lhe que tinha ganho um ducado e uma renda de milhões, Filipe IV retorquiu que tinha de «se tratar disso e já». O rei percebeu que a revolta portuguesa era muito mais do que um bando de descontentes com a política de Madrid. Era o fim de uma política, de uma história entre duas dinastias, que durante mais de 150 anos se tinham casado entre si para unificar a Península. Daí a recusa de aceitar, até à sua morte, a independência de Portugal. Só depois é

que foram possíveis as negociações de paz. Com frentes de batalha na Flandres, na Alemanha e na França e com a revolta da Catalunha, era pouco provável que a Espanha viesse a reconquistar Portugal. Só muito mais tarde, depois da paz de Westfália, que reconhece a independência dos Países Baixos espanhóis, a paz dos Pirenéus, que reconhece a soberania do Rossilhão por parte da França, e a derrota da revolta da Catalunha, há uma tentativa séria de reconquista militar de Portugal, embora lograda. Para Espanha, mais do que um território e um império, era uma herança que fugia mesmo ali ao pé da porta, herança familiar e histórica, motivada por incapacidade de Castela em pôr fim ao domínio holandês no Brasil e em África.

Sem dúvida nenhuma o Conde Duque foi o último grande ministro da dinastia dos Habsburgos ou dos Austrias em Espanha, pois tinha um plano em que todos os territórios - e não só Castela - deveriam participar do esforço de Espanha em manter uma Europa católica. A sua intenção foi frustrada por interesses regionais que levaram à sua queda e ao fim do «século de ouro» espanhol.

É frequentemente feita a comparação com o Cardeal Richelieu: ambos são ministros na década de 20 e morrem na década de 40 do séc. XVII. Mas um morre ganhando e o outro morre perdendo. O Cardeal-Ministro deixa uma França unida e forte, usando de meios violentos; o Conde Duque é derrotado pelas exigências por si feitas, mas recusadas pelas várias coroas peninsulares e europeias, levando à sua demissão. Espanha deixa de ter um papel na Europa após a guerra de sucessão (1701-1714) e as relações matrimoniais com Portugal só mais tarde serão retomadas com os casamentos de filhos de D. João V com filhos de Filipe V de Bourbon, rei de Espanha. No fim do ministério do Conde Duque de Olivares podemos admirar o esforço que Castela fez para manter uma Europa una, mesmo à força. Mas não foi capaz. O norte da Europa torna-se definitivamente independente com a Reforma Protestante; o sul continua católico mas já não sob a hegemonia peninsular.

É agora a vez de o francês como língua europeia, de Versalhes e Luís XIV despontarem no horizonte.

# A ESTRADA DO

NUNO POMBO

# CORREIO REAL

A actual arquitectura do movimento monárquico, assente em Reais Associações de raiz predominantemente distrital, procurou, sem especial novidade, assegurar uma cobertura verdadeiramente nacional a uma organização capilar que se pretendia fosse, o mais possível, de proximidade. Cientes de que as pessoas são o principal activo de que dispomos, os autores do vigente figurino cometeram às Reais Associações o imprescindível papel de atrair associados e criar uma rede de vizinhança capaz de os multiplicar. À cúpula do movimento – a Causa Real – caberia apresentar aos portugueses, sem preocupações ou baias geográficas, a Instituição Real e as vantagens, para o nosso país, da chefia de Estado Real. A Causa Real, com a sua génese federativa, serviria num plano nacional, definindo a estratégia política e dando coerência e solidez ao ideário, comunicando-o, pronta e eficazmente, junto de públicos massificados e através de meios impessoais. As Reais Associações, por seu turno, servidas por núcleos também eles geográficos, para além de portas de entrada na militância, seriam, num plano local, caixas-de-ressonância da Causa Real, potenciando o efeito multiplicador da disseminação da mensagem e promovendo o acolhimento de novos associados.

Não se estranha que as assimetrias regionais pusessem a nu uma evidência. Apesar da entrega, da militância e da generosa dedicação de muitos, as Reais Associações não eram, como não são hoje, todas iguais. Nem podiam sê-lo. Cedo se percebeu que os grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, Viana do Castelo e Braga, Coimbra e Aveiro, por exemplo, tinham à partida mais facilidade no cumprimento da sua missão. Se há variáveis que não podem ser contrariadas, pelo menos no curto ou médio prazo, outras há que podem ser vencidas. E o Correio Real é disso sugestivo exemplo.

Desde a sua fundação, há trinta anos, que a Real Associação de Lisboa, sob a presidência de Luís Braamcamp Sobral, sentiu a necessidade de dispor

*Que ele seja cada vez mais um elemento agregador dos monárquicos portugueses e um instrumento diferenciador da afirmação política da Causa Real.*

de um boletim informativo que pudesse ser distribuído, por correio, junto de todos os associados com o objectivo de os manter informados sobre as iniciativas que iam sendo promovidas, mas sobretudo para instilar neles um efectivo espírito de pertença. Este esforço foi continuado pela Direcção presidida por D. Vasco Teles da Gama. Idêntico propósito tiveram as Reais Associações do Porto, de Braga e Viana do Castelo com o “Norte Real”, há muito interrompido. Certo é que este projecto da Real de Lisboa, ainda que com interrupções várias, nunca foi abandonado... e há 10 anos, fruto da visão inspiradora de João Mattos e Silva, foi dado à estampa o Correio Real, publicação periódica graficamente cuidada, apelativa, arrojada, que passou a ter o confessado propósito de ser também um instrumento de afirmação externa, não apenas da Real Associação de Lisboa, que o produzia e custeava, mas do próprio movimento monárquico. Isto porque a Real Associação de Lisboa, talvez a mais dinâmica das que existem, para mais servida por uma estrutura directiva e administrativa capaz

de assegurar a sua actividade contínua e ininterrupta – o que não pode deixar de ser sublinhado – interpretou de forma adequada as necessidades do movimento

e em boa hora se dispôs a colocar os seus recursos, sempre escassos, ao serviço da estrutura nacional.

Ora, não dispondo a Causa Real de nenhum órgão de informação (depois de ter tido o “Estrada Real”), sendo então o Correio Real o único periódico monárquico a ser publicado (hoje, e desde há cinco anos, a Real Associação de Viana do Castelo mantém também uma publicação online própria: a Real Gazeta do Alto Minho), foi apenas natural que a Real Associação de Lisboa, sob o impulso da direcção que eu próprio então encabeçava, cientes que estávamos todos das nossas responsabilidades, oferecesse à Causa Real e, através dela, a todos os sócios das diferentes Reais Associações, a possibilidade de poderem contar com o Correio Real. Como natural foi também o entusiasmo com que a Causa Real, então liderada por Luís Lavradio, abraçou este projecto, permitindo que se pudesse partilhar com todos os monárquicos o belíssimo fruto deste enorme esforço da Real Associação de Lisboa. Assim, sem prejuízo dos princípios da subsidiariedade e da solidariedade por que se devem pautar as relações entre estruturas independentes do movimento que todos os monárquicos congrega, vem sendo possível, para satisfação de todos, manter este projecto desde 2012 ... Que ele seja cada vez mais um elemento agregador dos monárquicos portugueses e um instrumento diferenciador da afirmação política da Causa Real.



# O BREXIT E A RAINHA

DIOGO TOMÁS

Aquele dia em que os britânicos decidiram sair da União Europeia, 51,84% contra 48,11%, já vai longe; foi a 23 de Junho de 2016.

Desde então, os impasses na política interna têm dificultado a concretização da saída. Na verdade, pode mesmo falar-se de uma “crise” política permanente.

Os sistemas políticos maduros, ou amadurecidos, prevêem mecanismos para “aligeirar” as crises dos políticos. Claro está, precisamente pelo amadurecimento, que as monarquias têm mais capacidade de garantir a diminuição dos efeitos dessas crises, pois o chefe de estado, revestido de autêntica imparcialidade, consegue contribuir para uma verdadeira mediação, além de ajudar a manter o sentido de “pátria estável” (em monarquia, as instituições do Estado não estão todas na “berlinda”) quando politicamente tudo parece estar prestes a desmoronar-se.

Já se o chefe de estado for de um dos lados beligerantes, típico em república, dificilmente conseguirá mediar conflitos, porque terá interesse na vitória de um dos lados; contribuindo para que as instituições do Estado estejam em permanente guerra aberta. Os cidadãos olham para as instituições públicas e não conseguem rever-se ou encontrar a estabilidade tão importante principalmente em tempos de crise.

Mas na questão do Brexit evidencia-se uma característica da monarquia tão importante como a imparcialidade e a estabilidade; a Rainha tem sido o pólo aglutinador de todos os britânicos, penhor fiel da sua identidade.

Os que são a favor da saída da União Europeia, não temem o isolamento ou a perda de influência no

mundo, pois sabem que a sua Rainha é a face humana dos valores de todos os britânicos e da sua marca civilizadora, que sempre os colocou, e coloca, no centro dos planos económicos e políticos mundiais.

Já os que são pela permanência na União Europeia, não temem qualquer diluição da sua identidade, pois sabem ter na Rainha a garantia de que o sentido pátrio se manterá sempre vivo, independentemente do nível de integração europeia.

Numa questão tão complexa, que divide o país, é verdadeiramente a Rainha que consegue manter a unidade perante diferenças tão acentuadas.

A monarca é de todos, todos respeita, fazendo com que o povo britânico se reveja nela; a Rainha aceita as decisões democraticamente expressas, não diabolizando uns e enaltecendo outros.

E a chave de tudo isto - tantas vezes usada para pôr em causa a utilidade da instituição real, por aqueles que a consideram meramente protocolar e sem qualquer influência prática - é precisamente o facto de o rei não tomar partido, não ser parte, mas ser o todo. É a distância face às discussões e decisões políticas, que faz do monarca o elo de ligação fundamental em qualquer nação que quer prevalecer. É esse “silêncio” que lhe dá credibilidade, que faz o povo nele confiar.

A 12 de Dezembro os britânicos terão mais umas eleições, mas aconteça o que acontecer, veremos sempre um Reino Unido forte, seguro e orgulhoso nas suas decisões, firme e determinado na condução do seu futuro; porque encabeçado por alguém que faz parte da orgânica do país, da sua natureza.

*Na questão do Brexit evidencia-se uma característica da monarquia tão importante como a imparcialidade e a estabilidade; a Rainha tem sido o pólo aglutinador de todos os britânicos, penhor fiel da sua identidade.*





## DE PORTUGAL PARA O MUNDO Azeite que Sustenta e Ilumina

**Na Herdade de Maria da Guarda**, temos investido continuamente para melhorar a eficácia na colheita da azeitona e garantir a qualidade da produção de azeite.

E o nosso azeite sustenta e alimenta, hoje, milhares de famílias por todo o mundo.

Esta é a nossa realidade:

- 800 hectares de terra com mais de 1,3 milhões de oliveiras
- 2 mil toneladas de azeite por ano
- 99% da nossa produção exportada

**Na Herdade de Maria da Guarda**, temos investido continuamente para melhorar as condições dos nossos colaboradores e das comunidades a que estamos ligados, assim como para preservar o património nacional.

E o nosso azeite ilumina, hoje, a esperança de muitas outras famílias em Portugal.

Esta é a nossa realidade:

- Apoio financeiro a colaboradores com filhos pequenos
- Atribuição de Bolsas de Estudo
- Mecenato a instituições locais - Serpa e Beja - e nacionais nas áreas social, cultural e do património.
- Apoio para promoção de Portugal no Mundo.

**Portugal faz bem !**

FACEBOOK.COM/ HERDADE MARIA DA GUARDA  
WWW.MARIADAGUARDA.COM  
hmglisboa@gmail.com  
Telefone: +351 218 075 070

# O QUE É QUE OS ROMANOS FIZERAM POR NÓS?

JOÃO VAGAS

Reg, líder de um grupo de rebeldes palestinos muito mais desajeitado do que verdadeiramente subversivo, faz esta pergunta para exaltar os ânimos contra os conquistadores romanos, esperando obter como resposta um imediato, inequívoco e sonoro «Nada!», mas tal não aconteceu. Apesar da militância, as dúvidas e sugestões da assistência sucedem-se a um ritmo tal que o pobre Reg vê-se na necessidade de reformular a pergunta: «para além do saneamento, da medicina, da educação, do vinho, da ordem pública, da irrigação, das estradas, do sistema de água potável e da saúde pública, o que é os romanos fizeram por nós?» E, mesmo assim, há ainda quem lhe responda «trouxeram-nos a paz».

Aquela pergunta, excerto de um diálogo delirante do filme *A vida de Brian*, ecoou na minha cabeça ao ouvir uma guia do *Kunsthistorisches Museum* de Viena denegrir os Habsburgos em bloco depois de quase duas horas de imersão numa das mais belas colecções de arte do mundo, que se deve na sua esmagadora maioria à família imperial austríaca que a colocou à disposição da população em 1891. Se a jovem activista disfarçada de especialista em História de Arte colocasse a mesma questão a si própria, e olhasse em volta, talvez descobrisse com o mesmo grau de estupefacção de Reg que, afinal, muito na Áustria lhes é devido, sobretudo naquele que era o seu local de trabalho.

Um passeio casual pelo centro de Viena grita Habsburgo em cada esquina e, à medida que nos adentramos nos espaços mais simbólicos, é quase palpável a sensação de que o imperador está para chegar. A Viena da República austríaca, que, à imagem da minha guia desnorçada, faz de conta que o seu passado não está intimamente ligado a uma família, na verdade vive dele e explora-o quase até à saturação. A Viena melodiosa, plúrima e aberta do princípio do século XX deu lugar a um cenário em que abundam os figurantes, mas em que faltam os actores principais. Há como que uma suspensão do tempo, um interlúdio de ausência, uma pausa vazia e poeirenta, que só pode ter sentido se for finalmente preenchida com a continuidade interrompida. Em suma, se a fotografia kitsch, de tão desfocada e retocada, der lugar ao filme em alta definição e o passado contribuir para revivificar o presente e projectar ambos para o futuro, tornando-os a todos mais autênticos.

A Áustria Habsburgo que era pluriétnica, pluri-lingue e multicultural - no verdadeiro sentido - deu lugar a um Estado reduzido à sua fracção alemã.



Viena ainda resiste a aceitar essa condição territorial retraída e mostra a quem a visita como era e podia ter continuado a ser a capital de um império em que todos podiam caber. Depois de um último imperador que se sacrificou em favor da paz, tendo vivido os seus derradeiros e agónicos anos na Madeira, e que já foi elevado aos altares, a Áustria perdeu a oportunidade de ter como soberano o arquiduque Otto, um sábio cuja “austricidade”, profunda e plural, e o catolicismo que a animava o tornaram num dos primeiros denunciadores e principais combatentes do nazismo e num dos maiores promotores da unidade europeia. Depois de uma vida de serviço, em que foi quase tudo, Otto de Habsburgo repousa ao lado dos seus, na cripta dos Capuchinhos, mas doou o seu coração ao mosteiro húngaro de Pannonhalma. Mesmo na morte, a ideia da monarquia dual - *KuK* - recusa-se a desaparecer.

O leitor poderá perguntar-se a que se deve esta digressão por filmes cómicos e outras repúblicas infelizes se temos a nossa própria tragicomédia republicana. Na verdade, é idêntica a sensação de desolação, de ausência e de pausa, que perpassa os nossos espaços públicos, desabitados que estão a serem vividos para serem apenas frequentados, em particular aqueles em que são evocadas as figuras dos monarcas e em que a sua falta mais se faz sentir. A resposta é que pretendia preparar uma pergunta. Uma pergunta a que os portugueses deveriam ser capazes de responder: «O que é que os nossos reis fizeram por nós?».

A resposta é simples. Está espalhada nas cidades, vilas e aldeias, lugares e caminhos, está esculpida nas pedras, está inscrita nos costumes, está alinhada nas rimas, está misturada nos sabores, está implantada nas melodias, está assinalada nos ritos, está delimitada nas fronteiras conquistadas, está embebida no mar que não acaba, está enraizada nos corações e é sementeira de futuro. Aquilo que os nossos reis fizeram por nós foi um país e aquilo que, em conjunto, nos demos mutuamente foi uma pátria que, sendo nação, é aberta ao mundo.

Os nossos reis confundem-se de tal modo com a nossa essência que, três repúblicas depois, não somos capazes de prescindir da sua principal marca heráldica como forma de nos identificarmos colectivamente. Onde estiverem as quinas, aí estará um português. A pergunta que sobra é portanto esta «O que é que devemos fazer pelos nossos reis?»



# A SOLUÇÃO REAL

## BARRILARO RUAS CONTRA A

### DILACERAÇÃO DOS COMPATRIOTAS

Por Paulo Cunha Porto

O Integralismo Lusitano produziu ou influenciou sucessivas gerações. Para aquelas que não viveram a idade adulta nos atribulados tempos republicanos saídos de 1910, uma dificuldade diferente surgiu. Se já não as ameaçava a fúria persecutória dos tempos conturbados do regime dominado pelo Partido Democrático, cuja figura de proa foi Afonso Costa, durante o Estado Novo e no regime por ora vigente, haveriam de ser condicionadas pelo confinamento vigilante ou trocista que, se não mata, tende a desmotivar ou fazer esmorecer. Ao contrário, Henrique Barrilaro Ruas, nascido já na década de 1920, sob ambas essas ordens jurídicas – a II e III Repúblicas, dizia –, incansavelmente pugnou pela restauração da forma de estado e do sistema de governo mais conformes à experiência histórica e à unidade nacionais.

Adoptou, pois, a postura de, sem afrontar os condicionalismos impostos, nunca abdicar da explanação dos pontos doutrinários que contribuísem para o esclarecimento público do imperativo da devolução à Pátria Portuguesa de um ordenamento que não favorecesse a divisão e o conflito e estivesse ancorado na continuidade multissecular da subsistência nacional independente. Para tanto contribuiu certamente a personalidade conciliatória que expressamente reconhecia possuir, mas, muito mais, a concepção do exercício do poder que defendeu.

Lemos no prefácio de Nuno Miguel Guedes ao presente livro que o Autor, consigo conversando, terá insistido na nota de «*não ser maurricense*». Com efeito, tudo, na personalidade, o afastava da aguerrida e belicosa via do mestre de Martigues e, a propósito dos primeiros integralistas, chegara a escrever uma contestação do juízo de eles haverem sido formados pela *Action Française* de Maurras. Retomando o que os próprios sempre haviam clarificado, com Hipólito Raposo à cabeça, distinguiu entre terem tomado do movimento francês, como do respectivo chefe incontestado, argumentos que convergiam com a sua preocupação de repor a governação tradicional e a pretensa formação nos pressupostos e sistemática da referida escola, a qual também considerava não haver tido lugar.

É, assim, neste contexto, que Barrilaro nos dá uma conceptualização da Política devolvida à pureza da acção institucional em vista à satisfação das necessidades efectivas na harmonização dos interesses pessoais e superiores no Bem Comum. Mas trata-se de uma visão do agir da autoridade absolutamente



*Barrilaro Ruas lamentou sempre, até quando se conformou com a existência de partidos, a digladição entre os seus que provinha dos enfrentamentos e mutações de vontades e opiniões.*

liberta da prisão das ideologias, quer dizer, da submissão dos actos da governação aos ditames de programas preconcebidos de transformação artificial e artificiosa do homem e da sociedade, em função duma unilateral ideia de transformação. Confrontando este propósito com o que fez correr rios de tinta em França, parece-me poder concluir-se que estamos diante de um entendimento da célebre *Politique d'abord* superador da eterna discussão acerca do seu significa-

do e susceptibilidade de condenação: não se continua divergindo sobre se o significado da expressão se reduzia à prioridade temporal na escolha do campo da acção, como, no fim da vida, Maurras asseverou em «*MES IDÉES POLITIQUES*», ou se, pelo contrário, de acordo com o que parece emanar de textos antecedentes, do período de ouro da intervenção que empreendeu, configura uma verdadeira supremacia de valores, ganhando nesse domínio priorida-

de sobre a Religião, a Moral e o Direito não circunscrito à norma na simplificação do Positivismo. O que importa, antes, retirar é o imperativo de a opção política nunca ser condicionada pelos

atritos de oposições das teses do que se deve ou não fazer para corresponder a um qualquer anseio inovador e transformador, à revelia das únicas balizas a colocar-lhe, precisamente as do equilíbrio entre interesse geral e particular dentro da garantia de continuidade da edificação historicamente provada e do desiderato de enquadramento numa sociedade cuja axiologia de serviço e missão facilite o caminho de resgate que durante tantas centúrias constituiu o horizonte público do nosso país.

Encontrava-se a tarefa de definição das linhas mestras do conteúdo enformador do caso português, segundo o doutrinador que abordamos, assente em



duas características só aparente e superficialmente passíveis de serem dadas como incongruentes. Referimo-nos à universalidade do portuguesismo, quer na pluralidade ostensiva da composição étnica originária, quer na aventura de integração de terras e povos longínquos, por um lado, e, por outro, ao da elevação da consciência nacional a um nível de imposição perante o próprio alcance do princípio monárquico ilimitado, sem paralelo entre a generalidade das nações europeias. É que a superação das duas grandes crises de independência portuguesa tinham levado a ressuscitar as lendárias cortes de Lamego e, taxativamente desde a Restauração seiscentista, a codificar como Lei Fundamental do Reino a impossibilidade de um soberano estrangeiro ou seu sucessor cingirem a coroa da nossa terra. Semelhante limite à possibilidade de circulação da terra e da Grei, obstando como



*Barrilaro dá-nos uma conceptualização da Política devolvida à pureza da acção institucional em vista à satisfação das necessidades efectivas na harmonização dos interesses pessoais e superiores no Bem Comum.*

obstava à instabilidade dos alinhamentos causadores de tanta guerra na Europa, eram sublinhados por Barrilaro Ruas como parte de uma verdadeira constituição, cujos outros imperativos corresponderiam à construção paulatina da essencialidade do Reino, perto daquilo a que, no nosso tempo, os constitucionalistas designariam por constituição em

sentido material, sem subordinação à obrigatoriedade das concretizações formais, as mais das vezes transposições de cartilhas facciosas do entendimento do que se pretendia que o Homem passasse a ser.

Nem se pense que a constatação precedentemente mencionada correspondia a uma qualquer adaptação tardia e conveniente, quando não fantasiosa, na mira de alicerçar preceitos recuperadores da fundamentação da Coroa. Já no Século XVII se publicava um livro de Giovanni Battista Birago<sup>1</sup>, em que se fazia menção à originalidade lusa de não permitir a reis estrangeiros o acesso ao trono do país.

Funcionavam tais seguranças como cimento agregador da Grei, consubstanciados na despartidarização só possível no preenchimento dum cargo por um processo em que o titular não fosse eleito por uns contra os outros. E na permanência que vence as limitações vitais através da sucessão hereditária, conferindo um carácter sacral ao topo do Estado, porque, lembra ainda o A., o sagrado não é exclusivo da esfera religiosa e só ele, como na transmissão hereditária, é susceptível de ultrapassar o dilema que se põe aos sistemas republicanos – o de transformar o cume da organização estatal numa irrelevância pouco menos que honorífica, ou de, no pólo

oposto, criar uma exacerbada concentração de poder em alguém que a procurou, ambicionou e obteve, contra outra parte da comunidade, ou seja, de facto, a tirania.

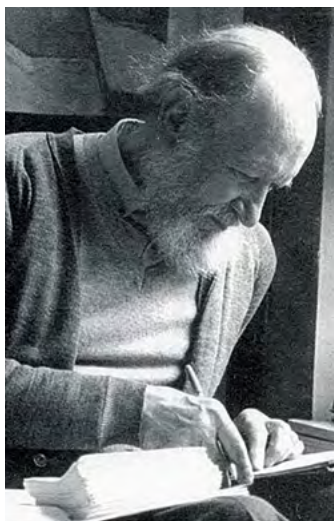
O problema essencial, na teorização em apreço, é o da identificação homogeneizante do todo, em que os súbditos vejam espelhadas no Ceptro as premissas da própria subsistência, isenta de conflitos que a comprometam e de lutas conducentes aos favorecimentos e vantagens cíclicas de uns sobre os outros. Desemboca logicamente na síntese suprema a que o paladino que acompanhamos tanta importância dava: *Res noster libere est!* *Nos liberi sumus!* «O nosso Rei é livre! Nós somos livres». Uma liberdade que tanto apontava à resistência aos inimigos externos que a ameaçassem, como aos internos, resultantes das fracções sociais que tentando apoderar-se do mando, fizessem refém o ente e o poderio régios. Uma liberdade traduzida em antípodas do arbitrário, porque atribuída ao servidor e menos livre de todos, segundo a lei ancestral.

No intuito de garantir a homogeneidade social detecta-se, portanto, um genuíno poder moderador, o de «limitar ao seu âmbito próprios poderes naturais dos indivíduos e da sociedade, integrando-os na unidade política da Nação»<sup>2</sup>. Estamos bem longe da caricatura que era o Poder Moderador do Liberalismo, em que o Rei quase se reduzia a fomentar o rotativismo que permitisse a cada um dos grupos que disputavam os ministérios e as benesses comer um pouco da game-la comum. Na vera Realeza a função de argamassa unificadora, embora com ela não se confundindo e evitando as injustiças e ineficácias da abstracção, tem paralelo com o da Lei, na omnipresente definição de Lacordaire: «entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, é a liberdade que oprime, é a lei que liberta».

A constante de preservar a união dentro do canto lusitano é especialmente focada num de dois estudos fulcrais que os organizadores da nova antologia, com louvável critério decidiram incluir. Num, intitulado «D. MIGUEL E O PROBLEMA DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA», onde partindo da rememoração justificativa de Ribeiro Saraiva, se chega ao caminho inescapável agostinianamente estabelecido pela Tradição, o de, ligada pela coincidência de valores que já Cícero advogava, a sociedade encontrar um fim abrangente a que se ordene, de modo a assegurar a paz no seu seio, revelando-se não apenas na ausência de confrontos intestinos, mas, melhor, na realidade cristãmente radical da comunhão. A somar à dimensão intangível da Fé, passávamos a ter diante de nós a vectorização dirigida, senão a um objectivo, ao menos a um esforço compartilhado, aquilo que na linguagem de hoje poderíamos dar como uma solidificadora convergência de sinergias.

<sup>1</sup> «HISTORIA DELLA DISUNIONE DEL REGNO DI PORTOGALLO DALLA CORONA DI CASTIGLIA», Niculau van Ravesteyn, Amsterdam, 1647.

<sup>2</sup> Em «A LIBERDADE E EL-REI» recolhido em «A LIBERDADE E O REI», QP, Lisboa, 1971, pg. 135.



Há, todavia, perigos historicamente verificados, para os quais o fecundo pensador nos alerta. Entre eles, o embrião da decomposição da normalidade enformadora da via tradicional do crescimento social, iniciado pela artificiosa e sís-mica fundamentação do Poder Real num entendimento espúrio do que fosse o *Direito Divino dos Reis*, daí em diante propagado não já como origem e limite, mas, desgraça-

damente, como abusadora ampliação das faculdades soberanas, até ao patamar do arbítrio e da imoderação da força.

Involuindo ainda, ao ponto de se basear numa burocracia atrofiadora e de encontrar alicerces com pés de barro na afinal tão insuficiente suficiência da razão humana, as monarquias continentais descambaram no período absolutista, de que em Portugal houve o tremendo reflexo da provação pombalina. Não só se destruíam ou tornavam ineficazes os contrapesos naturais que equilibravam e continham as forças potencialmente antagónicas do edifício que, até então, a todos respeitara, em ambos os sentidos da expressão, como reduzindo a uma filosofia jurídica saída do nada que era a ficção atômística do Homem e das suas relações em grupo organizado, dava-se rédea solta à queda nas tentações de opor aos derradeiros baluartes da composição duradoura duma Europa de tantos séculos o tumulto correspondente à transposição para a rua das clivagens das arrivistas elaborações pseudo-legitimantes.

Maurras e os seus companheiros preconizavam a descentralização como meio expedito de aproximar a decisão das populações abrangidas e furtar à distância opressora dominada por cliques tudo o que não correspondesse à *Grande Política*, a das Relações Exteriores, da Defesa, da Segurança e das traves mestras do delinear da Justiça. Mas semelhante divergência em relação ao Absolutismo era obnubilada pela admiração dirigida a uma política externa que havia guindado o Reino de França às fronteiras naturais e, no plano interno, garantira a coesão e a extrema autonomia nacionais, ao tornar pouco relevante o poder da elite protestante e ao impor a Roma uma política religiosa nacional. Em Portugal, por muito que franjas de

*Referimo-nos à universalidade do portuguesismo, quer na pluralidade ostensiva da composição étnica originária, quer na aventura de integração de terras e povos longínquos, por um lado, e, por outro, ao da elevação da consciência nacional a um nível de imposição perante o próprio alcance do princípio monárquico ilimitado, sem paralelo entre a generalidade das nações europeias.*

galicanismo hajam feito as suas incursões, inexis-tiam condicionantes do género, o que libertava os herdeiros do integralismo para uma inequívoca condenação do episódio de despotismo iluministicamente tido por esclarecido que nos calhou em sorte.

O desastre forçoso que o esvaziamento das atribuições reais implicava acha-se denunciado no segundo dos escritos seleccionados, sobre o *drama* de D. Carlos, mostrando exemplarmente como a movimentação do Rei, atolada nas areias moveiças dos novos e verdadeiros detentores de facto da soberania, os partidos, recambiavam a liberdade para a despidorada dominação pelos respaldados nas potências de partidos jornais, lojas e finança, seus satélites e lobbies. Quando HBR escreve «*Procura-se tirar o poder concreto à Realeza, única força social interessada na defesa de todas as outras, e ao mesmo tempo proclama-se a liberdade como convite ao domínio do mais forte*»<sup>1</sup> não está a dizer coisa diferente da lapidar sentença lacordaireana, embora a linguagem seja mais suave.

Não bastava, contudo. A voragem revolucionária exigiria a queda dos resquícios de simbolismo que repousavam no Ocupante do Trono, ainda que ferido pela imposição dinástica ideologicamente orientada e proveniente do exterior, acrescida das grilhetas partidárias que lhe acentuavam a ilegitimidade. Uma tímida

tentativa de refrear levemente a partidocracia extremada - e mais em nome da eficácia do que em motivações maiores - precipitou o crime continuado a que se sujeitava o Povo desde 1834 na sua forma mais retinta e reconhecível, a do sangue derramado no atentado que paroxístico horror causara, desde sempre - o Regicídio.

Barrilaro Ruas lamentou sempre, até quando se conformou com a existência de partidos, a digladição entre os seus que provinha dos enfrentamentos e mutações de vontades e opiniões. E melancolicamente lastimava que à História se pedissem remédios, que não armações consistentes capazes de obstar às infecções de elaborações igualitaristas ou *libertadeiras* que desviavam a atenção dos portugueses do Alto a que deveriam esforçar-se por dirigir-se, em proveito vergonhoso do olhar para o lado para ter ou ser tanto como o outro ou ser ou ter tanto quanto ele. Ou seja, os credos niveladores ou concorrenciais. Mas a sua escrita ainda é das vacinas mais idóneas contra os recorrentes avatares dessa faceta do Mal.



<sup>1</sup> In «O DRAMA DE UM REI», compilação citada, pg. 176.

## ENTREVISTA A

### José Matos Correia

*«Julgo que há um sentimento alargado de simpatia pelo que a Monarquia representa e pela Casa Real Portuguesa.»*

Entrevista coordenada por João Távora

Nasceu em Lisboa há 56 anos. Licenciou-se em Direito, em 1987, na Universidade Lusíada de Lisboa, onde lecciona desde essa altura. Exerceu funções de deputado à Assembleia da República entre 1999 e 2019, eleito pelo PSD, partido de que foi três vezes vice-presidente. É advogado na CMS/Rui Pena & Arnaut.

**Qual é a iniciativa/decisão de que mais se orgulha na sua longa actividade parlamentar?**

Num período de tempo que se estende por duas décadas, não é fácil escolher um só momento. Mas diria que me orgulho muito particularmente do trabalho que levei a cabo no âmbito da reforma do Regimento da Assembleia, realizada em 2007, que permitiu reforçar, de modo muito significativo, a centralidade do Parlamento na nossa vida política, sobretudo no que toca à capacidade de fiscalizar a actuação do Executivo.

**É associado da Real Associação de Lisboa desde o ano 2000. As suas convicções monárquicas têm origem cultural, familiar ou tratou-se de uma opção política eminentemente racional? A ser este o caso, pode explicar os seus fundamentos?**

A influência inicial ficou a dever-se ao ambiente familiar em que cresci. Mas tornou-se depois (e continua a ser hoje), uma opção política consciente. A circunstância de ser, há mais de trinta anos, professor de Direito Constitucional, permite-me conhecer, de forma aprofundada e numa lógica comparada, as diversas formas de organização política do Estado. E esse conhecimento tornou claro, para mim, que a monarquia é, em todos os aspectos, superior à República.

**Acredita que os portugueses são intrinsecamente monárquicos? Porquê?**

Não disponho de elementos objectivos que me permitam responder a essa questão. Creio, aliás, que ninguém tem, pois não conheço estudos que avaliem, com rigor, a leitura que os portugueses fazem da Monarquia. Julgo, ainda assim, que há um sentimento alargado de simpatia pelo que a Monarquia representa e pela Casa Real Portuguesa.

**Que medidas considera úteis para aumentar a atractividade do ideário monárquico e potenciar a sua efectiva compreensão por parte da população?**

Em sociedades tão mediatizadas como são aquelas em que vivemos, as pessoas tendem a esquecer o essencial e permanente e a centrar-se no acessório e conjuntural. Essa tendência é muito difícil de contrariar. Ainda assim, creio que há algumas coisas relevantes que poderiam fazer-se: garantir a unidade entre todos aqueles que professam o ideal monárquico; incentivar os que dele partilham a assumirem, sem complexos, essa sua convicção e a agirem em conformidade com ela; utilizar as amplas possibilidades que as tecnologias de informação e comunicação todos os dias abrem, para levar a cabo esforços de sensibilização direccionados, em particular, às gerações mais jovens.

**Quais são os principais desafios que enfrentam as monarquias actuais?**

A meu ver, o principal desafio é o de trabalhar

para a preservação da unidade das sociedades, hoje tão afectadas por tensões centrífugas, através da capacidade única que as monarquias têm de conciliar a tradição e a modernidade. A tradição que, por natureza, representam e que torna presente, a cada momento, o que faz de uma sociedade aquilo que ela é, e a modernidade, que é indispensável num mundo em permanente mutação, mas que não pode alcançar-se através do sacrifício do percurso que aqui nos trouxe. Creio que, por exemplo, o Reino Unido ou as Monarquias nórdicas encarnam bem essa capacidade de conciliação.

**Qual é, na sua opinião, a maior qualidade dos monárquicos portugueses? E o seu pior defeito?**

Quem sou eu para fazer essa apreciação global? Mas sempre adiantaria que, em minha opinião, a sua maior qualidade é a resiliência e o maior defeito a incapacidade que por vezes demonstram para colocar o ideal monárquico acima do debate político do dia-a-dia.

**Ser monárquico já lhe trouxe dificuldades ou incómodos? Nomeadamente tendo em conta a cultura política vigente, que é exacerbadamente igualitária?**

Nunca. Pelo contrário, encontrei sempre um enorme respeito por essa minha opção, mesmo quando era vista, por alguns, com surpresa...

**Sente abertura nos seus colegas de partido para a discussão do regime?**

Neste momento, creio que essa discussão está longe das prioridades da grande maioria deles. Mais uma razão, porém, para criar

condições para que possa ter lugar no momento adequado e de forma esclarecida.

**Se hoje é comumente aceite que não faz sentido um partido monárquico, como é que vê a fórmula da existência de “Tendências Monárquicas” no interior dos partidos?**

Tenho uma apreciação genericamente negativa acerca do comportamento dos partidos monárquicos. De resto, essa aproximação é, a meu ver, errada, uma vez que a questão monárquica não deve ser encarada como uma questão partidária, mas nacional. No que diz respeito à criação de tendências monárquicas no interior dos partidos, isso depende, antes do mais, da admissibilidade estatutária de tal figura. Há partidos que as admitem, outros não. Nos primeiros, não vejo qualquer desvantagem. Pelo contrário.

**Acha que faz sentido haver um fórum informal congregador dos deputados monárquicos?**

Sem dúvida. Até porque, de acordo com a minha experiência, existem muitos deputados simpatizantes da Monarquia nos partidos ideologicamente democráticos.

**Em sua opinião, o que é que um rei poderia fazer de diferente face àquela que é a actuação dos presidentes da república? Essa diferença seria sobretudo formal ou eminentemente simbólica?**

A observação de quanto se passa nas monarquias europeias demonstra, à saciedade, como o monarca pode desempenhar um papel incomparável no que toca à afirmação da unidade da sociedade e do Estado e à sua representação. A circunstância de, num quadro democrático, gozar de uma legitimidade histórica e se encontrar, por natureza, acima do debate político-partidário, permite-lhe ser, genuinamente e em qualquer circunstância, o representante de todos os cidadãos, colocado numa posição privilegiada que nenhum Presidente da República, por mais bem-intencionado que seja, poderá alguma vez assumir.

**Como avalia a acção do senhor Professor Marcelo Rebelo de Sousa enquanto Chefe de Estado?**

Julgo que tem dado o seu melhor no desempenho da função, de acordo com a concepção que tem dos seus contornos. Mas, como é óbvio, há coisas nessa concepção com as quais concordo e outras em que não me revejo.

**Do que conhece das juventudes partidárias, a ideia de monarquia tem aceitação junto delas?**

Apesar de ter sido, durante muitos anos, dirigente do PSD, nunca fui membro da sua organização de juventude. Nessa medida, o meu conhecimento dela é limitado (e, no caso das demais, inexistente). Ainda assim, creio que, também aí, há muito trabalho a fazer na sensibilização para o ideal monárquico.

**Quais seriam os seus conselhos políticos estratégicos para a Causa Real? Alguns conselhos práticos?**

Faço uma avaliação globalmente positiva daquilo que tem sido a intervenção da Causa Real, sobretudo quando, como há que reconhecer, o contexto em

*A maior qualidade dos monárquicos é a resiliência e o seu maior defeito a incapacidade que por vezes demonstram para colocar o ideal monárquico acima do debate político do dia-a-dia.*

*A observação de quanto se passa nas monarquias europeias demonstra, à saciedade, como o monarca pode desempenhar um papel incomparável no que toca à afirmação da unidade da sociedade e do Estado e à sua representação.*

que actua é muito difícil e os obstáculos com que se defronta enormes. No que toca a sugestões concretas (não conselhos!), permito-me remeter para a resposta que acima dei à questão sobre medidas que considero úteis para aumentar a atractividade do ideário monárquico.

**Têm vindo a lume muitas notícias sobre favorecimentos a familiares na esfera do poder. Parece-lhe que este é um traço inevitável numa república como a nossa?**

Esse tipo de comportamentos revela, antes do mais, pouca cultura democrática (ou, mesmo, falta dela). Não creio, porém, que seja uma inevitabilidade, mas, antes, a evidência de uma evolução negativa, que não tem havido capacidade (ou, até, vontade) para combater.

**Qual a sua opinião sobre uma possível alteração do sistema eleitoral português visando a introdução de círculos eleitorais uninominais e em que medida esta mudança seria mais concorde com a visão monárquica portuguesa, tradicionalmente municipalista e descentralizadora?**

A tradição municipalista e descentralizadora, que tem caracterizado a visão monárquica, respeita à forma de organização do Estado e é absolutamente adequada. A questão dos círculos uninominais coloca-se noutra plano, pois respeita ao funcionamento do sistema político. Uma e outra podem viver separadamente e, a meu ver, devem.

Não sou – nem nunca fui – adepto dos círculos uninominais. Tenho a convicção de que não resolvem nenhum dos problemas que a participação política e a representação política hoje apresentam. Além disso, são aptos a gerar distorções importantes dos resultados das urnas (como sucedeu, ainda há bem pouco tempo, no Canadá) e prestam-se a apropriações populistas e demagógicas que devem, a todo o custo, ser inviabilizadas.

**Que apreciação faz da actuação do Senhor D. Duarte de Bragança enquanto Chefe da Casa Real Portuguesa e do seu testemunho de vida?**

Gostava, antes do mais, de destacar que o Senhor D. Duarte não tem tido, por parte da República, o tratamento devido, tendo em conta aquilo que representa mas, também, aquele que tem sido o seu percurso de vida, sempre dedicado ao serviço do interesse nacional. O episódio da recusa da sua inclusão na lista das precedências protocolares do Estado é, disso, prova evidente. Neste contexto, necessariamente difícil, não tenho dúvidas que o Senhor D. Duarte tem representado de forma inexcelável a Casa Real Portuguesa e tem, com isso, granjeado um amplo sentimento de simpatia por parte dos Portugueses.



**NOME:** Rogério Filipe  
**IDADE:** 43 anos  
**NACIONALIDADE:** Setúbal  
**OCUPAÇÃO:** Técnico de controlo e monitorização de produção na indústria automóvel



**CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?**  
 Desde cedo me conheci monárquico, sempre dei muita importância à nossa História e identidade cultural, em Portugal e no mundo, e isso é indissociável à nossa monarquia.

Mais tarde, veio o reconhecimento do papel que o Chefe de Estado deverá ter como símbolo não só desse passado, mas também da sua continuidade, símbolo de união e coesão, da identidade nacional que tanto nos falta, isento e independente, livre de quaisquer influências partidárias ou interesses pessoais. Tal papel só poderá caber na pessoa do Rei.

Também o modelo governativo monárquico alia este papel com uma maior proximidade entre os eleitos e os cidadãos.

Identifico-me assim totalmente com a Causa, representante desse ideal na pessoa do Senhor D. Duarte de Bragança. Faz todo o sentido.

**CR – Como vê hoje movimento monárquico português?**

Para ser sincero, até há uns anos atrás sempre considerei o movimento como envelhecido e rendido, a viver um pouco na obscuridade. No entanto hoje assiste-se a um rejuvenescimento quantitativo e qualitativo muito rápido, com muita iniciativa e vontade de mudar o sistema. É necessário continuar a reforçar este trabalho que está no bom caminho.

**CR: Quais os seus principais desafios?**

Penso que um dos principais seja a informação. Fora do círculo monárquico há pouca divulgação do Ideal e das suas vantagens para o país, bem como da figura do Rei. A mensagem não é compreendida. Nas pessoas ainda há a associação da Monarquia a uma ditadura ou a um regime absolutista apesar de nunca

se ter passado na nossa monarquia. Acho que seria importante definir o que seria na prática a restauração da Monarquia em Portugal e depois disso ir então ao encontro das pessoas. Há que desmistificar estigmas e muita informação errónea e tendenciosa do passado. E divulgação, muita divulgação!

**CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?**

Gostaria muito de ver o movimento expandir-se fisicamente na Região de Setúbal onde há pouca divulgação e preencher uma enorme lacuna. E claro que gostaria também de fazer parte disso, bem como de outras iniciativas por todo o país.

Dedicação, empenho, disponibilidade e lealdade. No que puder, estarei sempre à distância de um telefonema.

Estes e outros produtos à sua espera em [www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt) ou pelo telefone 213 428 115



Panamá

10€



40€

Gravata de Seda (várias cores)



23€

Livro - A Liberdade Portuguesa



8€

Porta-chaves



15€

Guarda-chuva

**NESTE NATAL  
 VISTA AS NOSSAS CORES**



40€

Lenço de Seda

## Congresso electivo da JMP para o triénio 2019-2022

No dia 6 de Julho, decorreu em Santarém, a XI Assembleia-geral da Juventude Monárquica Portuguesa que elegeu a Lista A - A Mudança Acontece Quando Menos Esperas, lista única, no mesmo local onde a associação foi fundada. O seu compromisso para com a associação tem como principais vectores a profissionalização na gestão, a modernização na comunicação e a clareza na estratégia política. Esta assenta em cinco bandeiras fundamentais, soberania, identidade, vida, lusofonia e ambiente, que podem ser conhecidas em pormenor no espaço da Mensagem da Presidente no site da JMP.



A lista candidata organizou um congresso muito participado e diversificado onde foram distinguidos quatro associados, Carlos Galante, Vicente Cardoso, Tiago Matias e Nuno Gaspar que, em razão da idade se despediram da JMP, mas em razão do mérito ficaram na sua história como associados honorários.

Findos os trabalhos, foi feita uma homenagem a Pedro Álvares Cabral, na qual foram lidas umas palavras pelo novo secretário-geral, em prévia concertação com SAR o Príncipe da Beira. Foi um momento previamente publicitado pelos órgãos de comunicação social regionais, cujas peças podem ser encontradas no sítio [juventudemonarquicaportuguesa.pt/](http://juventudemonarquicaportuguesa.pt/) e na respectiva página do Facebook.

Seguiu-se um arraial no salão paroquial de São Nicolau, de entrada gratuita, com muita música e comida vária, que se estendeu pela noite adentro, em grande animação. No dia seguinte conseguimos o eco do evento no principal jornal da região.

Agradecemos a todos os amigos da JMP que tornaram este dia único possível!

## Simpósio “The future of young people’s political participation: questions, challenges and opportunities” - 18 a 20 de Setembro



Após uma cuidadosa selecção por parte da Youth Partnership, parceria criada entre o Conselho da Europa e a Comissão Europeia, a recém-

eleita presidente da JMP, Carmo Pinheiro Torres, foi seleccionada, enquanto dirigente e investigadora académica, para participar num simpósio sobre Participação Política Jovem com a duração de 4 dias, na belíssima cidade de Estrasburgo. Em conjunto com outros 119 jovens, frequentou as mais diversas palestras e *workshops* sobre associativismo, participação tradicional e digital, liderança de equipas, publicidade e media, entre muitos outros assuntos de interesse. Além destes, integrou os vários grupos de trabalho que procuraram desenvolver uma visão a ser apresentada aos decisores políticos europeus nas áreas da juventude. Quando não estavam previstos trabalhos, desenvolveu relações com dirigentes de associações, ONGs, partidos políticos e instituições europeias de toda a Europa. Foi uma experiência muito enriquecedora que colocou a JMP no mapa das organizações de juventude em Portugal.



Nota: Uma vez incumbida de relatar três dos momentos do evento, a JMP divulgará o relatório final quando publicado.



**FOTOGRAFIAS:** 1. Congresso Electivo; 2. Grupo de participantes no simpósio; 3. Momento de lazer da Presidente da JMP com os colegas do seu grupo de trabalho; 4. Homenagem a Pedro Álvares Cabral



# CASTELOS DA BOÉMIA

20 a 27 de maio 2020

5 noites na Boémia  
e 2 noites em Viena  
de Áustria

A Boémia, parte integrante do império Habsburgo foi palco de alguns dos acontecimentos mais marcantes da história da Europa. É aí que algumas das famílias ligadas a esse império têm as suas origens e berço. Entre Praga e Viena, pelo meio de paisagens e colinas verdejantes, iremos entrar nos segredos de alguns desses castelos e palácios.

Há para todos os gostos, desde burgos e fortalezas medievais a castelos renascentistas e palácios românticos. Muitos sobreviveram a guerras e revoluções e foram devolvidos às suas famílias após a queda do comunismo.

Com 5 noites na Boémia e 2 noites em Viena de Áustria, esta viagem única e exclusiva terá o acompanhamento de Otto Czernin, cuja família tem aí as suas origens.

€1.980

PP/duplo

Preço especial para os associados da CAUSA REAL.

Esta viagem tem lugares limitados.

suplemento para alojamento individual é de € 490 pp .

Inclui alojamento em hotel de categoria superior, assistência Quinto Império durante toda a viagem, transporte aéreo em classe Y em companhia aérea europeia, transfere de chegada e partida, bem como todo o programa local em regime de meia-pensão, taxas hoteleiras, seguro de viagens obrigatório e iva. Não incluídos (bebidas, extras nos hotéis e gratificações).

**Preço válido até dia 15 de março 2020**

## INFORMAÇÕES E RESERVAS

Alexandra Burnay | Quinto Império Viagens  
218 820 105 (das 10h00 às 17h00)  
[alexandra@quintoimperio.com](mailto:alexandra@quintoimperio.com)

VIAGENS  
HISTÓRICAS  
E CULTURAIS



## Foi no Concelho da Lourinhã que se celebrou o 30º aniversário da Real Associação de Lisboa



Mais de meia centena de associados deslocaram-se no dia 1 de Junho ao Concelho da Lourinhã para uma jornada de festejo dos 30 anos da Real Associação de Lisboa (RAL).

Após uma visita ao Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, tendo como distinta anfitriã Ana Bento, o dia culminou num almoço convívio, presidido pelos Duques de Bragança, na Associação Cultural e Recreativa de Moita dos Ferreiros, onde foram recebidos pela presidente da Junta de Freguesia, Rosário Bento, e Rui Perdigão, da Associação Cultural. Juntaram-se a este memorável almoço mais de 150 pessoas, entre associados da RAL, entidades oficiais, personalidades e gente anónima da região, que não quiseram deixar de manifestar a sua simpatia para com Suas Altezas Reais Dom Duarte e Dona Isabel de Bragança e festejar esta efeméride.

Precedendo o almoço, os Duques de Bragança fizeram uma visita à feira da Lourinhã que terminou à porta da

Junta de Freguesia, onde foram recebidos pelo presidente da Junta de Freguesia, Pedro Margarido, e pelo vereador da Câmara Municipal da Lourinhã, José António da Costa Tomé, que com a nossa associada e grande dinamizadora desta jornada, Conceição Moniz, agradeceram a presença de tão ilustres visitantes. Nessa ocasião houve ainda tempo para a actuação de um Grupo de Cantares da Zambujeira e Serra do Calvo. Antes de seguirem para o almoço em Moita de Ferreiros, os Duques de Bragança foram recebidos no Museu da Lourinhã, pela sua directora, Lubélia Gonçalves.

Durante o almoço em que o presidente da RAL, João Távora, teve a oportunidade de agradecer a todos aqueles que ajudaram a realizar o evento e nele participaram, fez-se a apresentação do selo dos CTT, comemorativo dos 30 anos da Real Associação de



Lisboa, que muitos tiveram o privilégio de poder adquirir.

O já tradicional passeio de aniversário não terminou sem uma visita ao Santuário de Nossa Senhora da Misericórdia e uma paragem final no Dinoparque.

Gratos ficámos com todos os voluntários envolvidos na realização desta festa, que permanecerá para sempre na nossa memória. Obrigado, Lourinhã, obrigado, Moita de Ferreiros. •



# Infanta D. Maria Francisca de Bragança investida Irmã Honorária da Irmandade de Santa Joana Princesa

A infanta D. Maria Francisca de Bragança foi investida como Irmã Honorária da Irmandade de Santa Joana, no passado dia 22 de Setembro, na Igreja do Mosteiro de Jesus (Museu de Santa Joana), em Aveiro.

Estava prevista, igualmente, a investidura de S.A.R. D. Afonso de Santa Maria, todavia, um compromisso ao serviço da Marinha Portuguesa, impediu a sua realização.

A cerimónia, que contou com as autoridades máximas da cidade, foi presidida por S.E.R. o senhor D. António Moiteiro, Bispo de Aveiro, e contou com a presença de SS. AA. RR. os senhores Duques de Bragança, também eles investidos Irmãos Honorários, em 2001.

A investidura de D. Maria Francisca assenta numa antiga ligação histórica dos Reis de Portugal à Princesa Santa Joana, que se reflecte nas visitas regulares dos monarcas ao Mosteiro de Jesus, e que conferiu o título de “Real” quer à Irmandade quer à Procissão. D. Maria Francisca descerrou uma placa na sacristia da Igreja de Jesus, que assinala as visitas de D. Pedro V, D. Maria II, D. Maria Pia, D. Luís, D. Carlos e D. Manuel II, ao túmulo de Santa Joana Princesa.

No final da cerimónia, foi rezada a oração pró-canonização e o senhor D. Duarte depôs uma coroa de flores junto ao túmulo de Santa Joana.

Com relação à causa da canonização da ainda Beata Joana de Portugal, filha do nosso Rei D. Afonso V e de D. Isabel de Avis, o Bispo de Aveiro informou que, no dia 10 de Novembro, virá a Portugal o postulador romano (no âmbito da declaração de Bartolomeu



dos Mártires como Santo, em Braga, também dominicano como Santa Joana), que se deverá inteirar e colaborar no referido processo de canonização. O senhor D. Duarte invocou a sua experiência em processos de canonização, nomeadamente, no de D. Nuno Álvares

Pereira e no de Carlos I da Áustria, para nos deixar um convite à criação de grupos de oração que, considera, estarem na base do seu sucesso.

FOTOGRAFIAS: ©Rosa Pinho e © Nuno Gonçalo da Paula in [https://youtu.be/mxWhq\\_IPVX0](https://youtu.be/mxWhq_IPVX0)



## A Liberdade Portuguesa: notas sobre um lançamento.



Nestes dias em que vivemos, onde parece ser mais fácil e proveitoso defendermos os valores que proclamamos à distância de um sofá, é sempre bom assistir a actos civilizados de resistência contra esse estado de coisas, essa passividade caseira. Foi isso que aconteceu no final da tarde de 17 de Outubro, na sala Fernando Pessoa do Centro Nacional de Cultura, em Lisboa.

O pretexto não poderia ser melhor: prestar homenagem a um grande pensador monárquico e um enorme humanista: Henrique Barrilero Ruas. Em boa hora a Real Associação de Lisboa decidiu incluir na sua chancela editorial Razões Reais uma antologia de textos de Barrilero Ruas, muito bem compilados com o habitual rigor apaixonado de Vasco Rosa. O título é mais do que apropriado: A Liberdade Portuguesa. O resultado é um documento que é mais um legado para as gerações vindouras da pertinência e actualidade de um homem que sempre lutou com dignidade e verticalidade pela sua causa maior – a monarquia. Quer como opositor ao Estado Novo, quer já em democracia,

como deputado eleito pela Aliança Democrática – de que fazia parte o Partido Popular Monárquico, de que foi um dos fundadores – Barrilero Ruas sempre manteve uma visão clara e cristã da política. Era admirado e respeitado da esquerda à direita do parlamento. Para além da sua vida política, foi ainda um professor amado pelos seus alunos e um ilustre estudioso de Camões.

Foi por isso um mais que justo tributo haver uma sala cheia para ouvir falar deste grande homem livre que ensinou a outros o que é a liberdade portuguesa. Entre a assistência, a família de Barrilero Ruas e a presença de Suas Altezas Reais os Duques de Bragança ofereceram ainda mais dignidade à sessão.

A iniciar este lançamento, e depois da introdução do presidente da Real Associação de Lisboa, João Távora, a doutora Maria Calado disse algumas palavras na qualidade de presidente do Centro Nacional de Cultura, de que Barrilero Ruas foi um dos primeiros sócios e director. Seguiram-se as intervenções do antologista, deste que

vos escreve (na qualidade de prefaçador, o que muito me honrou), uma análise límpida e rigorosa dos valores e personalidade do professor Barrilero Ruas feita por Augusto Ferreira do Amaral e, a fechar o encontro, as palavras certeiras e afectivas de Guilherme de Oliveira Martins, que confirmaram ao público a grandeza do homem que nos ali juntou.

O livro está aí, vivo e actual. Ao lê-lo percebe-se o olhar claro de um homem, o seu imenso humanismo e sobretudo um sentido de dedicação e serviço à coisa pública que hoje parece anacrónico. É altura de viver e praticar o muito que nos ensinou o professor Henrique Barrilero Ruas. •

**Nuno Miguel Guedes**



## Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro Visita de S.A.R. Dom Duarte a Mogadouro

Nos dias 12 e 13 de Outubro, S.A.R. o Senhor Dom Duarte visitou Mogadouro, a convite da Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Foi recebido no Salão Nobre da Câmara Municipal pela vereadora Gina Gomes, por impossibilidade de agenda do presidente, Francisco Guimarães, seguindo-se uma sessão solene em que foram oradores Gina Gomes, Jorge Dias, presidente da Assembleia Municipal, Rosa Maria Sarmiento, presidente da Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro, e Manuel da Ressurreição Cordeiro, membro da Real Associação e organizador desta visita. Presente esteve também Teresa Côrte-Real, presidente da Causa Real.

O Senhor Dom Duarte deixou uma mensagem escrita no Livro de Honra da Câmara Municipal.

A visita continuou na Biblioteca Trindade Coelho, tendo a bibliotecária do município, Marta Madureira, explicado o seu funcionamento e realçado a importância que representa para os mogadourenses, em especial os idosos e os jovens, referindo as muitas actividades que ali têm lugar.

Na visita ao lagar de azeite de Remondes, um lagar familiar, com instalações novas e modernas, mas com uma existência de mais de 150 anos, o Senhor Dom Duarte ouviu atentamente as explicações que lhe foram dadas pelos proprietários e colocou várias perguntas, algumas relacionadas com a comercialização do azeite, tendo incentivado a necessidade do cooperativismo.

À noite, houve um jantar com mais



de 115 pessoas, sendo o maior número de Mogadouro, demonstrando que a visita despertou muito interesse aos mogadourenses.

No domingo, o Senhor Dom Duarte foi entrevistado pelo Correio da Manhã TV, em Esteveais, onde ficou instalado e assistiu à missa dominical na Igreja Matriz de Mogadouro, tendo a sua presença sido assinalada pelo Pároco, Padre Nélson, que o saudou e

lhe deu as boas-vindas.

Seguiu-se a visita à Feira dos Gorazes, feira anual muito concorrida, onde Dom Duarte teve a oportunidade de assistir ao concurso de cães de gado da raça transmontana, no fim do qual Carla Molinari, presidente do Clube Português de Canicultura, convidou SAR a entregar o prémio a um vencedor. Esta visita a Mogadouro terminou com um almoço convívio. •





**REAL ASSOCIAÇÃO DO PORTO**

A Real Associação do Porto vem, como habitualmente, dar conhecimento dos seus principais eventos no segundo semestre de 2019.

No seguimento do sucesso do debate sobre as eleições europeias, realizado em Abril, a Real Associação do Porto promoveu mais uma grande iniciativa política.

Assim, em 17 de Setembro, organizámos um debate com candidatas às eleições legislativas, tendo convidado o jornalista Manuel Queiroz para moderar, em que participaram Cecília Meireles pelo CDS, Álvaro Almeida pelo PSD, João Torres pelo PS, Bruno Ferreira da Costa pela Aliança e Carlos Guimarães Pinto pela Iniciativa Liberal.

O debate, que também ocorreu na Casa dos Arcos, no Porto, foi precedido de um animado beberete. A magnífica e repleta assistência, com mais de 200 pessoas, que incluíram um ministro do Governo de Portugal e dois ex-ministros, proporcionou-nos um debate muito interessante e esclarecedor.



Em 16 de Novembro, realizamos o Jantar Comemorativo do 30º Aniversário da nossa Associação, que teve lugar, pelo sexto ano consecutivo, na Casa dos Arcos, em que nos honraram com a sua presença SS.AA.RR., os Duques de Bragança e o Príncipe da Beira.

Após o discurso de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, tivemos um excelente momento musical com 16 alunos da classe de violino e violoncelo da academia “A Pauta” acompanhados dos seus professores Joana e João Paulo Jesus.

Durante todo o tempo foram projectadas imagens de eventos realizados pela Real Associação do Porto e pela Causa Real.

No final do jantar, houve um segundo momento musical de alto nível com quatro cantores do *Ensemble Moços do Coro*, ao que se seguiu música para dançar com DJ.

O jantar, muito apreciado e com a participação de mais de 200 pessoas, proporcionou mais um agradável convívio de afirmação e dedicação à Família Real e à Causa Monárquica, o que constitui para a nossa associação sempre um grande estímulo.



Finalmente, realçamos o envio aos associados e simpatizantes de uma mensagem síntese do Guia Doutrinário da Causa Real, na expectativa de que os monárquicos possam transmitir à sociedade uma mensagem moderna, coerente e apelativa, evidenciando as vantagens que adviriam para Portugal de ter uma Instituição Real. •

Jorge Leão,  
Presidente da Real Associação do Porto





**REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA**

**Razões Reais - Novo Livro**

A mais recente publicação da chancela “Razões Reais” da RAL é uma antologia de textos de Henrique Barrilero Ruas organizada por Vasco Rosa, denominada “A Liberdade Portuguesa”. O seu prefaciador, Nuno Miguel Guedes, escreve sobre o Homem, a obra e o seu lançamento

noutra página desta revista.

**Roteiros Reais**

Neste semestre a RAL não deixou de organizar os seus Roteiros Reais, com o objectivo de dar a conhecer o mais precioso e nem sempre muito conhecido património arquitectónico do distrito de Lisboa e assim contribuir para a sua protecção.

Assim, e guiados com mestria pelo nosso associado e historiador Joel Moedas Miguel, a 29 de Junho ocorreu

uma visita guiada ao Convento de Carnide, um tesouro escondido da cidade de Lisboa onde residiu a Infanta D. Maria, a misteriosa filha legitimada de D. João IV e, a 16 de Novembro, foi a vez da Quinta da Francelha, no Prior Velho, onde Félix Martins da Costa construiu um pavilhão central, de gosto neoclássico, e começou a decoração interior no início do séc. XIX, com sumptuosas pinturas murais. •



**REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA**

A CEJUR - Centro de Estudos Jurídicos do Minho e a Real Associação de Braga, com o apoio da Câmara Municipal de Braga organizaram no dia 31 de Maio, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga, um conjunto de conferências, subordinadas ao tema “Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais”, com um extenso programa repartido por três painéis constituídos por ilustres palestrantes. •



**REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO**

Neste semestre, a RAVC continuou a brindar-nos com mais edições da sua Real Gazeta do Alto Minho, a nº 19, com a primeira entrevista ao Infante Dom Dinis, Duque do Porto e a nº 20, com uma entrevista a Luís Coimbra e os artigos “Gonçalo Ribeiro Teles”, por Augusto Ferreira do Amaral e “João Camossa Saldanha”, por António Moniz Palme. O acesso é feito através da seguinte ligação: <https://lc-web.pt/realgazeta/>



Formação de Portugal” proferida por Luís Amaral, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O numeroso público presente, onde se incluía João Esteves, presidente da autarquia Arcuense, ouviu com muita atenção a magnífica lição de história medieval. O Recontro ou “bafordo” da Portela de Vez que teve lugar em 1137, contribuiu para a celebração da paz de Tui, em Julho daquele ano e foi um passo decisivo e uma das últimas etapas para o nascimento de Portugal, sendo o antecedente da celebração do Tratado de Zamora em 1143.

Foi ainda apresentado pela organização um concurso para as escolas do concelho de Arcos de Valdevez, que se iniciará ainda no presente ano lectivo sobre o tema da conferência.

A 16 de Novembro, a RAVC organizou mais um Roteiro Pelo Alto Minho - Circuito Medieval da Ribeira Lima, numa viagem pelos concelhos de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, acompanhado pelo Padre Jesuíta António de Magalhães Sant’Ana, que contextualizou a arquitectura medieval no campo social e religioso da época. •



**REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU**

Anualmente, a RAV comemora o aniversário do Rei Dom Duarte e desde há dois anos em parceria com a Junta de Freguesia de Viseu, pelo que a 31 de Outubro, as celebrações começaram com uma missa na Capela de Nossa Senhora dos Remédios, seguida de uma homenagem junto à estátua do Rei Dom Duarte e um jantar. Por fim, houve um concerto de música da Sé Catedral de Viseu. •





**REAL ASSOCIAÇÃO  
DA BEIRA INTERIOR**

A Real Associação da Beira Interior (RABI) continua a promover interessantes conferências nas Juntas de Freguesia da sua área territorial.

Em Maio, no dia 26, em Idanha-a-Velha e com apoio da União de Freguesias de Monsanto da Beira e Idanha-a-Velha, decorreu a palestra “Idanha-a-Velha o Berço de Wamba, Tempos e Patrimónios” que teve como orador o historiador e arqueólogo social Pedro Miguel Salvado, sendo a mesa composta ainda pelo responsável da aldeia de Idanha-a-Velha, Vítor Pires e pelo vice-presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira. A RABI vai levar a cabo uma nova série de palestras sobre Wamba que percorrerá diversas localidades de Espanha que se encontram associadas à memória deste rei, como Pampliega, Bamba ou Salamanca.



No mês de Junho, a RABI organizou no total cinco palestras. A 2 de Junho, no edifício da Junta de Freguesia de Toulões e com o apoio da Junta, o advogado e investigador Carlos Vaz-Pardal, falou sobre “Numismática”, estando na mesa também o presidente da Junta de Freguesia de Toulões, António Marcelo e o vice-presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.

Logo a seguir, no dia 9, na Junta de Freguesia de Boidobra, outra palestra sobre o “Império de Roma”, pelo Coronel António Mateus Alves, com o apoio da autarquia local e a presença do tesoureiro da Junta de Freguesia de Boidobra, Tiago Duarte, e da presidente da Real Associação da Beira Interior, Elisa Vasconcelos e Sousa.

Depois, a 12 de Junho, a RABI, a associação HISCULTEDUCA e a Junta de Freguesia de Lourçal do Campo organizaram uma conferência no auditório da Casa da Cultura de Oleiros com o apoio da Câmara Municipal sobre “O Ensino dos Jesuítas no Colégio de São

Fiel (1863-1910): Estabelecimento e Cultura”, pelo investigador e professor Ernesto Candeias Martins, estando também presentes o presidente da Associação HISCULTEDUCA e o presidente da Juventude Monárquica da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus.

Já no dia 21 seguiu-se outra palestra sobre “São João Baptista”, pelo gestor agrícola, empresário, investigador e historiador Pedro Rego da Silva, com o apoio da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda/São João Baptista de Monforte da Beira.

“Vida e Obra de Hipólito Raposo”, foi a conferência de 30 de Junho, no edifício da Junta de Freguesia de São Vicente da Beira, pelo investigador, historiador e professor universitário Hermínio Esteves e que contou com a presença do presidente da Junta de Freguesia de São Vicente da Beira, Vítor Ribeiro Louro.



A 14 de Julho, no edifício da Junta de Freguesia de Orvalho, e com o apoio desta, teve lugar uma palestra subordinada ao tema “Sebastianismo Origem do mito e sua Função Histórica”, pelo Coronel António Mateus Alves, com a presença do presidente da Junta de Freguesia de Orvalho.



Com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco, na Biblioteca Municipal, no dia 2 de Setembro, o professor, investigador e poeta António Salvado proferiu uma conferência subordinada ao tema “Conhecem a poesia de António Correia de Oliveira?”. Durante a palestra foi declamada poesia por António Salvado, Maria de Lurdes Barata e Manuel Costa Alves e no final do evento Antónia Carvalho cantou o fado.

No dia 22 de Setembro, com o apoio da Junta de Freguesia de Rosmaninhal e no seu edifício, o escocês, investigador, músico e compositor Tom Hamilton falou sobre “A Cultura Celta

na Beira-Baixa” estando presente a secretária da Assembleia de Freguesia de Rosmaninhal, Filipa Costa.

Na antiga Escola Primária de Mata, com o apoio da União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, decorreu uma palestra no dia 29 de Setembro, pelo professor, investigador, escritor e poeta natural de Mata, Manuel Barata, que falou sobre o seu livro “Mata – Um Falar Peculiar e Outras Curiosidades”, na presença do presidente e do secretário da União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, Romeu Fazenda e António Falcão Antunes.

No dia 5 de Outubro decorreu no edifício da Junta de Freguesia de Sobreira Formosa uma conferência com o tema “A Vila de Sobreira Formosa nos Alvares de Portugal”, com o apoio da União de Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira, pela professora, investigadora e historiadora Maria da Graça Vicente, estando presente o presidente da União de Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira, António Antunes Coelho.



“Já Leram a Poesia de Diogo Pires, Grande Amigo de Amato Lusitano?” foi o tema da conferência do dia 26, organizada na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, e com o apoio da respectiva Câmara Municipal. O orador convidado foi novamente António Salvado, tendo declamado poemas Manuel Costa Alves, Maria de Lurdes Barata (Milola) e Maria de Lurdes Riscado Gonçalves.

No dia 27 de Outubro, Tom Hamilton voltou a falar de “Aníbal Barca, os Celtas e os Povos Pré-Romanos na Beira-Baixa”, na Junta de Freguesia de Aranhas, com o apoio da mesma, que se fez representar pelo seu presidente, Luís Vaz.

Por fim, Júlio de Vaz de Carvalho proferiu, a 8 de Novembro, uma palestra com o tema “O que viu em 1509, Duarte de Armas” no edifício de Junta de Freguesia de Castelo Branco e com o apoio desta. •

## FICHA TÉCNICA

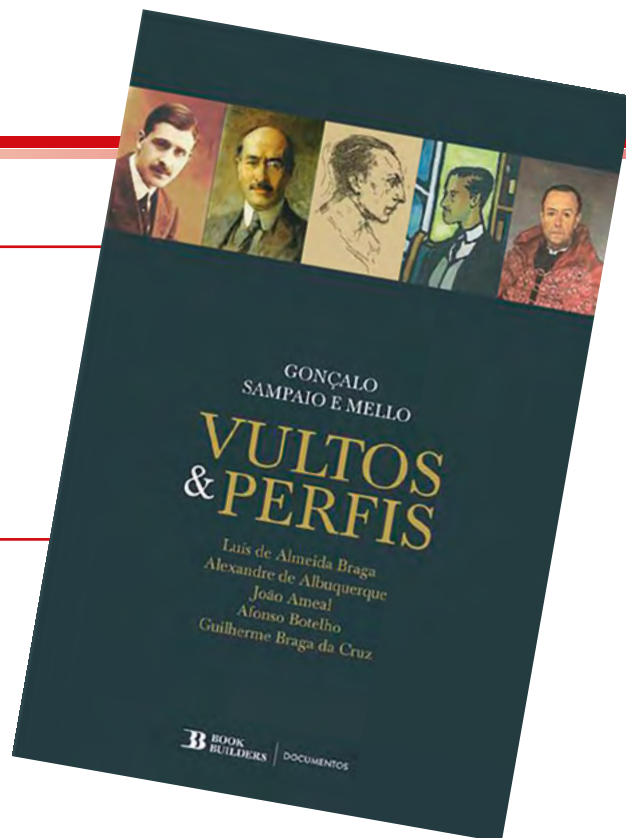
**TÍTULO:** Vultos & Perfis: Luís de Almeida Braga, Alexandre de Albuquerque, João Ameal, Afonso Botelho e Guilherme Braga da Cruz

**AUTOR:** Gonçalo Sampaio e Mello

**EDITOR:** BookBuilders

**PÁGINAS:** 708

**PREÇO:** 24,90€



## Quinteto revisitado

É um livro totalmente inesperado, que oferece e justifica algum alento pelo esforço exercido pelo seu autor para ver recolocados na cena portuguesa contemporânea uma pléiade de pensadores que marcaram o seu tempo, aqueles longos anos de choque que do Regicídio avançaram aos sobressaltos durante meio século até ao final da segunda guerra mundial, com alguns picos e reverberações mentais, e depois foi abafada por todo um vasto manto de esquecimento e ocultação que vem até hoje e ofende quem preze um sentido pátrio panoramicamente partilhado e inclusivo.

Nós não precisamos de pleno acordo para reconhecer valor e sentido, do mesmo modo que não rasuramos este ou aquele, isto ou aquilo, quando qualquer súbito ou profundo desacordo nos aparta em campos opostos, quase irreduzíveis ou irreconciliáveis — da mesma e exacta maneira que sempre nos há de incomodar a voragem toponímica primo-republicana que às pressas, logo em Outubro-Novembro de 1910, deu nomes novos a avenidas, ruas e travessas pelo país afora, da capital até ao mais recôndito lugarejo de raia, das ilhas às colónias, para impor ao quotidiano e à linguagem dos Portugueses os ídolos do partido republicano, de Afonso Costa a Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, ou a data histórica dos seus golpes políticos, do 31 de Janeiro ao 5 de Outubro. Não por acaso — como é evidente! —, o jornal que uniu monárquicos de 1951 a 1970 intitulou-se *Debate* e salvaguardou sempre o são convívio de ideias e tendências políticas diferenciadas, a polémica incluída. *Portugália* foi o título escolhido para a revista do movimento integralista, e nenhum outro que introduzisse dissentimentos. *Cidade Nova. Revista de Cultura Portuguesa* também não cria abrolhos a gente de boa-fé.

Com o colapso da editora Verbo, desaparecidos Fernando Guedes (2016), João Bigotte Chorão (2019), António Telmo (2010) e Jesué Pinharanda Gomes (2019) — e pouco mais havendo, aqui e ali, que intermitências de pequena e efémera escala ou efeito —, resulta claro que a memória desses vultos e figuras a que Gonçalo Sampaio e Mello se dedicou dificilmente vai conseguir sobressair e escapar ao marasmo e ao eclipse, e menos ainda que algum editor — incluindo o estatal-público, que haveria

de ser rigorosamente isento — se disponha a gastar os seus cobres com a reposição de velhos livros em edições necessariamente beneficiadas por comentários contemporâneos e aparatos críticos, justamente instigantes.

*Vultos & Perfis* rende tributos mas também abre caminhos, que doravante ficam facilitados para quem queira interessar-se pelo pensamento destes cinco homens, afinal tão diferentes entre si e ainda assim tão próximos.

A abordagem é — importa dizê-lo — assaz desigual, em resultado da circunstância ou finalidade para as quais foram levados a efeito. Focando-se na biografia de cada um deles distintamente, é todavia a João Ameal (João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Aires de Campos, 3.º conde do Ameal, 1902-82) que Sampaio e Mello dedica maiores cuidados, desde logo porque publica — e é quase metade do livro que temos entre as mãos (pp. 317-611...) — uma extensíssima lista, «somente ilustrativa» (p. 317)!, de 5003 escritos deste autor, um imponente monumento bibliográfico que de imediato e só por si torna este volume um utilíssimo instrumento de referência e já meio caminho andado para quem se disponha a analisar Ameal a fundo, ou para actuais historiadores do nosso século passado ou quaisquer outros estudiosos de movimentos e tendências políticas, culturais e sociais em Portugal.

Idêntico registo não foi ensaiado para os retratos de Almeida Braga, Albuquerque, Botelho e Braga da Cruz — «limitados» à colação de inéditos e testemunhos de outrem, ou no caso do primeiro deles à lista não exaustiva das publicações periódicas em que escreveu (a que falta os respectivos e expectáveis arcos temporais) —, mas caso tivesse sido feito não deixaria de deixar à evidência a invulgar exuberância, intensidade e longevidade da actividade jornalístico-literária de Ameal, dominante durante décadas em grandes jornais de referência ou presença ocasional em revistas discretas e de circulação restrita, e até na rádio, à época importantíssimo meio de difusão

e inclusão. Mas Sampaio e Mello — que é tutor do espólio de Ameal na Biblioteca Nacional — não deixa de sublinhar a súbita inspiração dada pela descoberta de São Tomás de Aquino na terceira década de vida ou a valia dos seus trabalhos historiográficos, filosóficos e religiosos, o êxito da sua *História de Portugal* (1940, com sete reimpressões até 1974; v. p. 309), em que a nação portuguesa é entendida como «obra de duas grandes forças estruturantes — Catolicismo e Monarquia, Igreja e Realeza» (p. 311). Certamente convicto de que o futuro reconhecerá melhor João Ameal, o autor colocou no fim do ensaio que lhe dedica o pequeno texto «A justiça e os homens», onde se lê: «Hora de justiça — que demora, vacila, caminha por vezes misteriosa e tímida, mas acaba por soar um dia, para além de todas as vicissitudes e incertezas. — Se a maioria dos historiadores tivesse plena consciência da sua missão moral [...] os mortos não teriam de esperar tanto tempo, na sombra — pela infalível justiça!» (João Ameal, *Diário de Notícias*, 8 de Novembro de 1943; p. 316). O propósito é evidente.

«Afonso Botelho, legitimista» foi inicialmente publicado em 2005, numa obra colectiva dedicada ao pensamento e à obra deste «filósofo da Saudade» e «revolucionário da Tradição» (1919-98), e sendo também um claro tributo pelo privilégio — ainda que breve no tempo — de uma convivência pessoal «e afinidade profunda» (p. 629 n.), incide o seu foco sobre «o protesto derradeiro da consciência de um Homem [...] Alguém que foi sempre capaz de amar, de contemplar, de reflectir e de sonhar» (pp. 626-27): a conferência «Da Restauração», dada a convite da Liga Popular Monárquica (Guimarães, 7 de Outubro de 1995) e publicada em apêndice. E conclui Sampaio e Mello: «Aristocrata perdido numa sociedade igualitária, invertida, horizontal, inóptica, Afonso Botelho sofreu duramente de tal condição, sentindo na carne e no espírito o exílio que a sua própria terra lhe impôs» (p. 629).



A mesma tónica domina os perfis de Alexandre de Albuquerque (1875-1937) e de Luís de Almeida Braga (1890-1970), em ensaios de 2010 e 1997 cujos subtítulos são, respectivamente, «Notas à margem da vida de um exilado» e «O elogio da derrota». E não é para menos. O avô do Prof. Martim de Albuquerque — «Xandre», *petit nom* que adoptou desde estudante em Coimbra —, «figura bem talhada para o parlamentarismo monárquico constitucional» (p. 115), foi deputado progressista por Viseu em 1908, «jornalista de combate» (p. 119) em várias folhas da província e

*Vultos & Perfis rende tributos mas também abre caminhos, que doravante ficam facilitados para quem queira interessar-se pelo pensamento destes cinco homens, afinal tão diferentes entre si e ainda assim tão próximos.*

director de *O Liberal* em 1909-10, protagonista de célebre refrega com Afonso Costa (de quem fora aluno no 4.º ano jurídico) que o quis confrontar num «duelo à espada francesa», que Joshua Benoliel fotografou à distância na Quinta dos Loureiros do comerciante Francisco Grandella, a 6 de Junho de 1910. Quando *O Liberal* foi assaltado a 10 de Outubro (o revanchismo tem sempre pressa...) e alguns dos seus elementos presos por ordem do ministro da justiça, Albuquerque não estava lá, mas entendeu que «a minha prisão era lógica, porque, na hora do triunfo, o ódio pessoal perturba os homens» (cit. p. 146). Duas semanas depois, Costa demitiu-o de contador da Relação de Lisboa, cargo para o qual designou *ipso facto* o seu próprio irmão Artur Augusto, desprovido de habilitações legais para o serviço ou o mínimo de prática congénere — um claro antecedente de práticas actuais, que facilmente reconhecemos...

O exílio em Espanha e no Brasil deram a Alexandre de Albuquerque um reforço de fibras íntimas, e um retorno ao periodismo como modo de vida, dedicando-se também à escrita teatral — até à defesa, em 1916, duma tese que lhe revalidou o bacharelato e lhe permitiu uma carreira de advocacia no Rio de Janeiro. O seu protagonismo junto da colónia portuguesa e do intercâmbio parece ombrear com o de Carlos Malheiro Dias. O seu regresso a Portugal, em Setembro de 1926, ficou «rodeado de prestígio» (p. 220). Oito anos depois — ocupados também em estudos camonianos — será eleito deputado pela União Nacional, voltando ao parlamento. «Monárquico após o 5 de Outubro, mantinha-se monárquico após o 28 de Maio. O critério de legitimidade a que aderira era histórico-dinástico e não carismático ou legal-racional, pelo que, na sua acepção, a chefia do Estado deveria caber a um príncipe hereditário e não a um presidente eleito através de sufrágio» (p. 253). Tendo financiado o diário *Ação Realista* desde a sua volta a Lisboa, defendeu em entrevista ao jornal monárquico *A Voz*, em 1937, sobre o confisco dos bens da Casa de Bragança: «A Casa de Bragança é, não do Estado, mas da Família de Bragança, e só será do Estado quando nesta Família não houver herdeiros até décimo grau» (*ibid.*).

Mais curtos, os capítulos dedicados a Luís de Almeida Braga e a Guilherme Braga da Cruz não têm a exaustiva pormenorização biográfica que preenche os retratos acima referidos, mas estes «vultos» não merecem menor atenção ou curiosidade.

O primeiro abandonou o curso de Direito em Coimbra para alinhar «como soldado raso» (p. 31) nas infortunadas incursões de Henrique de Paiva Couceiro, exilou-se na Bélgica, onde retomou os estudos, traduziu Gil Vicente e sobretudo fundou, com correligionários, a revista *Alma Portuguesa*, cadinho do Integralismo Lusitano, que a partir de 1914 defenderá — «por exigência de ordem pública e postulado de sobrevivência nacional» (p. 35) — uma monarquia hereditária e descentralizada, católica, assente no

poder histórico da Coroa, na força política dos municípios e das províncias e na expressão dos corpos intermédios da sociedade. O colapso da Monarquia do Norte, em 1919, atirou-o dessa feita para um exílio espanhol, mas logo o encontramos, «vulto granítico» (p. 71), «homem antigo, de rija têmpera» (p. 47), «aristocrata de provada cepa espiritual» (p. 50), a desdobrar-se em acções políticas a par da actividade de autor e dirigente das Edições GAMA, de reputado etnógrafo de Entre-Douro-e-Minho ou de doutrinador jurídico, mas também de crítico tenaz do cesarismo de Oliveira Salazar, diante de quem perdeu a reivindicação jurídica dos bens da Casa de Bragança. «Foi, no seu tempo, um vencido. Foi — sublinha Sampaio e Mello (p. 67) — o próprio paradigma do Vencido», que «saiu derrotado em todas as pugnas e escaramuças que andou sustentando pela terra» e, contudo, tanto há a aprender com ele, pois são estes «homens raros» que «dignificam e enobrecem a espécie humana» (pp. 71, 72).

A última figura do livro é a do bracarense Guilherme Braga da Cruz (1916-77), jurista, professor de Direito e reitor da Universidade de Coimbra, a quem Gonçalo Sampaio e Mello dedicou em 2018 um imponentíssimo estudo biográfico (1189 pp!), modestamente subintitulado *Introdução ao estudo da sua biografia*. Destilação deste por certo, completo e rigoroso sem a menor dúvida, afigura-se-nos, contudo, desfasado

do quarteto restante e menos cativante para os leitores do *Correio Real* como o foi para mim.

O livro — e também nós, seus leitores — é muito beneficiado por ter um índice onomástico (pp. 733-72). Felicitações à editora E-Primatur.

• **VASCO ROSA**

**30** REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI



Para assinalar o 30º aniversário da sua fundação, a Real Associação de Lisboa mandou emitir um elegante selo dos CTT, em edição limitada, disponível para aquisição na sede da Praça Luís de Camões ou através do sítio [reallisboa.pt](http://reallisboa.pt).



## 6 anos de existência

Quando fui convidado para a Direção da ANJE, precisava de ter uma empresa em meu nome. Foi assim que tudo começou...

### A FC-Consultores, como é conhecida hoje em dia, divide-se em 5 áreas distintas:

**Consultoria/Lobby Empresarial**  
Criamos sinergias entre os nossos clientes, a fim de utilizarem um leque de serviços entre si dentro da nossa base de dados e central de compras.

**Comunicação e Imagem**  
O nosso forte é desde sempre a produção gráfica. Nesta área sensível, não combatemos o mercado através de preços, mas sim por QUALIDADE, PRAZOS DE GARANTIA E ENTREGA DE TRABALHOS, bem como de acompanhamento personalizado e contínuo. Impressão digital do pequeno ao grande formato, roll-ups, pop-ups, vinis, telas, lonas, catálogos, brochuras, calendários, caracterização e decoração de espaços e viaturas, etc.

**Construções e Remediações**  
Temos o parceiro certo, com o SELO DE GARANTIA da FC-CONSULTORES, para qualquer necessidade de construção civil, remodelação de espaços interiores ou exteriores.

**Catering e Restauração Colectiva**  
Temos o parceiro certo, com o SELO DE GARANTIA da FC-CONSULTORES, para qualquer evento a nível de catering, exploração de bares, cantinas, cafetarias e máquinas vending.

**Segurança**  
Temos o parceiro certo, com o SELO DE GARANTIA da FC-CONSULTORES, para qualquer necessidade de segurança, vigilância e alarmes de todo o género.

**Ferreira de Carvalho – Consultores, Uni., Lda.**  
R. Francisco Sousa Tavares, Edifício JOCA 2685-333 Prior Velho  
[pfc@fcconsultores.pt](mailto:pfc@fcconsultores.pt) / [rds@fcconsultores.pt](mailto:rds@fcconsultores.pt)  
[www.fcconsultores.pt](http://www.fcconsultores.pt)



já não é segredo  
água em sua casa  
6 MESES DE ALUGUER GRÁTIS\*

#janaoesegredo  
#momentosespeciais

\*em aluguer de equipamento

## Festividade do Arcanjo São Miguel



No dia 29 de Setembro, festividade do Arcanjo São Miguel, realizou-se no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Capítulo Geral das Reais Irmandades da Real Ordem de São Miguel da Ala, canonicamente erectas, por Dioceses, em 8 países.

Durante alguns anos as Reais Irmandades e o tradicional Grão-mestre nato e Patrono, o Duque de Bragança, estiveram impedidos, por motivos judiciais, de utilizarem em público em Portugal, os seus símbolos históricos e religiosos, pelo que as cerimónias anuais tinham lugar na Catedral de Santiago de Compostela, sob a presidência de S.E.R., o Arcebispo D. Julian Barrio Barrio. É nesta Arquidiocese espanhola que há séculos se mantém a Comunidade Cisterciense de Santa Maria de Osera, a ala religiosa da antiga Ordem Militar e Monástica, que é também, desde 1934, uma condecoração dinástica da Casa Real Portuguesa.

Após uma vitória judicial, as cerimónias voltaram a decorrer no Mosteiro de Alcobaça, onde durante séculos esta Ordem esteve sediada, e onde se reuniram cerca de 200 membros, patronos e Capelães da Federação das Reais Irmandades, às quais hoje pertencem os membros da Ordem.

## Celebrações dos 20 anos do Referendo da Independência



S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança visitou Timor, este ano pela segunda vez, de 25 de Agosto a 2 de Setembro, a convite do Governo Timorense, para participar nas cerimónias comemorativas dos 20 anos do Referendo da Independência.

O Estado Português esteve representado pelo Ministro da Defesa e pelo Embaixador de Portugal em Timor e as cerimónias tiveram grande impacto popular.

Sua Alteza esteve alguns dias em Baucau, a fim de dinamizar algumas iniciativas da Fundação D. Manuel II no campo da formação de professores de Língua Portuguesa e da formação de técnicos para o desenvolvimento económico rural. A Fundação tem ainda apoiado os projectos de criação de um Colégio Militar em Timor em colaboração com o Colégio Militar português.

**FOTOGRAFIA:** S.A.R., o Senhor Dom Duarte chega a Dili in rttlep.tl/, 29 de agosto de 2019



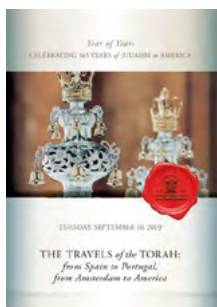
No dia 27 de Setembro, em Fátima, no auditório Domus Pacis (Exército Azul de Fátima), teve lugar uma Conferência Internacional dedicada ao Papa Pio XII e ao seu legado, antecedida no dia anterior pela exibição do filme Pio XII, produzido pela televisão da Baviera.

Este Papa, padrinho de baptismo de S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança e cujo processo de beatificação está em curso, apesar de uma campanha de calúnias para o denegrir, foi sempre muito respeitado pelas entidades judaicas mais responsáveis e, em particular, pelos italianos.

Neste congresso participaram vários especialistas, incluindo o director do Arquivo da Secretaria de Estado do Vaticano, o historiador do Parlamento Alemão e autor, Michael Hesemann, e um sobrinho neto do Papa Pio XII, o Conde Giuseppe Rizardi Pacelli, tendo todos os conferencistas, incluindo o Senhor Dom Duarte, revelado factos inéditos sobre este grande Papa.

## 365 Anos do Judaísmo na América

S.A.R. o Senhor Dom Duarte e S.A. o Senhor Dom Dinis foram convidados de honra no passado dia 10 de Setembro para a comemoração, pela Congregação Shearith Israel, de Nova Iorque, dos 365 anos do estabelecimento do Judaísmo na América com a construção da primeira Sinagoga na América do Norte. Na altura a cidade de Nova Iorque chamava-se Nova Amesterdão, sendo uma colónia dos Países Baixos.



O Rabbi Meir Soloveichik fez uma interessantíssima apresentação sobre as ligações multisseculares de amizade entre a Família Real, e em particular os Duques de Bragança, e a família Abarbanel. Esta relação durou três reinados, começando com D. Afonso V que tinha como um dos seus ministros o Rabi, estadista e filósofo, Dom Isaac Abarbanel.

## Mitos, História e a nova lista telefónica de Timor

Os mitos da fundação de Timor contam que uma criança atravessou o mar nas costas de um crocodilo. Chegados ao destino, o bicho começou a crescer até se transformar na Ilha de Timor. Os timorenses serão assim descendentes dessa criança e os crocodilos, reincarnações de alguns antepassados mais problemáticos...

Há quinhentos anos, os Reis (ou Liurais) timorenses receberam a visita de oficiais portugueses vindos da cidade de Malaca. Preocupados com os ataques constantes de vizinhos muçulmanos, propuseram ficar sob a suserania do Rei de Portugal, recebendo dessa forma protecção contra os agressores.

A bela capa desta nova lista telefónica de Timor simboliza essa realidade: a união centenária dos timorenses com a Coroa Portuguesa vendo-se, ao fundo, as cores da actual bandeira nacional de Timor.



Esta união sofreu vicissitudes, principalmente após o golpe militar que em 1910 derrubou a Monarquia e impôs a república em todas as províncias ultramarinas. Entre outras consequências, uma revolta liderada pelo Liurai D. Boaventura de Manufahi, derrubou o novo regime e restaurou a Monarquia. É a sua efígie que aparece nas moedas de cem cêntimos, as primeiras moedas nacionais a serem cunhadas após a independência. A revolta terminou com a



Foi muito elogiada a decisão do Parlamento Português de reconhecer o direito à nossa nacionalidade dos Judeus que demonstrem descender de portugueses. Esta lei, da iniciativa do Instituto Democracia Portuguesa, dirigida pelo Professor Doutor Mendo Castro Henriques e cujo Presidente Honorário é o Duque de Bragança, teve grande impacto na comunidade sefardita.



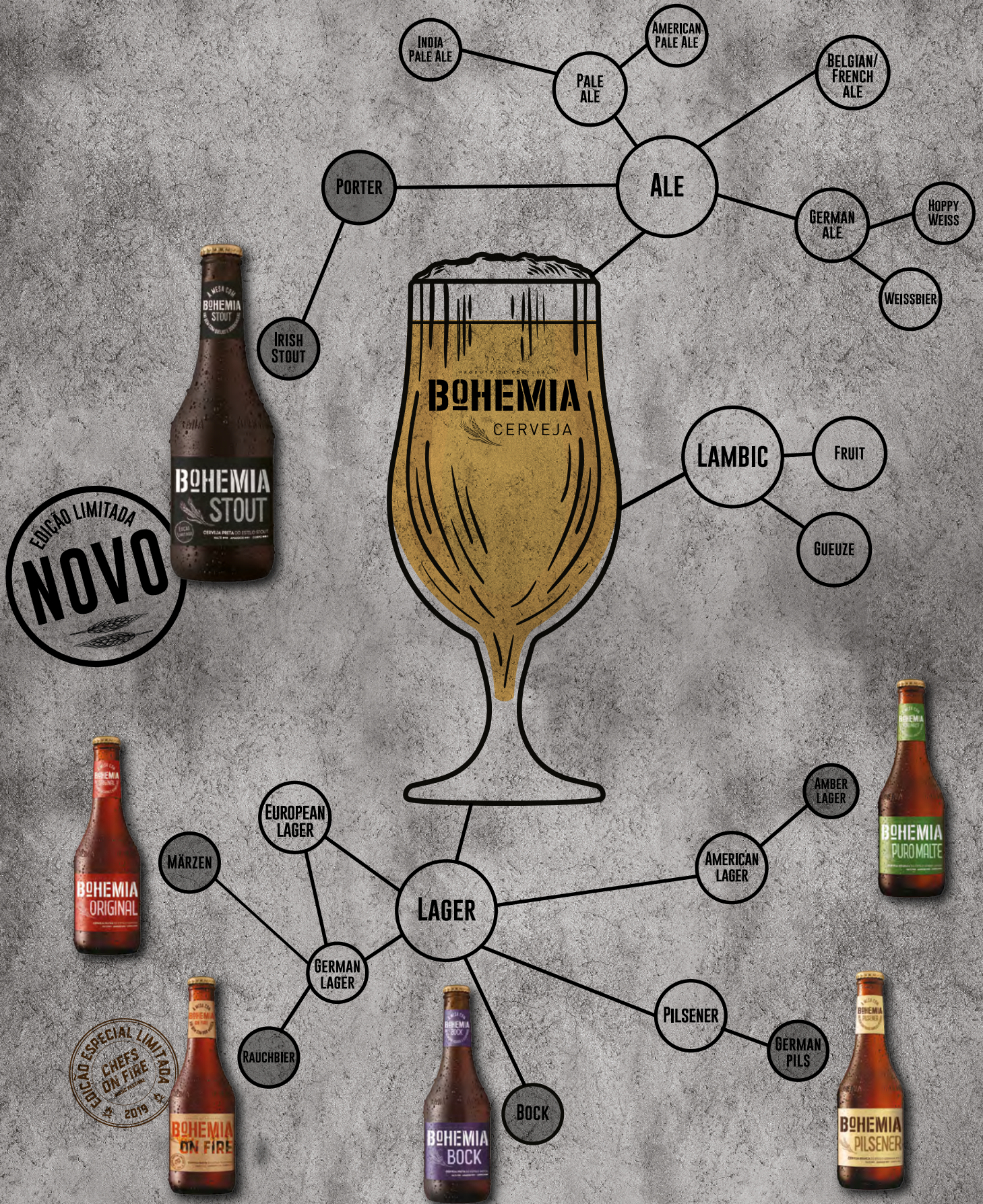
intervenção de uma força expedicionária vindade Moçambique, comandada pelo futuro General Gomes da Costa, o mesmo que em 1926 derrubou a I República. Gomes da Costa negociou sensatamente um acordo de paz com os liurais e foi autorizada assim a exibição da bandeira azul e branca nos desfiles

militares e restaurados os direitos da Igreja e dos liurais. D. Boaventura foi exilado para Moçambique, onde passou a ser um respeitado funcionário da administração civil.

O actual "Liurai de Portugal", Senhor Dom Duarte, recebeu a nacionalidade timorense concedida pelo Parlamento por proposta de José Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz, e tem visitado Timor todos os anos onde, com a Fundação D. Manuel II, desenvolve alguns programas educativos e de desenvolvimento rural, concretizando-se, por exemplo, com a oferta de máquinas para a "Gráfica Planalto" da Diocese de Baucau, compradas com a ajuda de uma subscrição das Reais Associações e que já imprimiu livros das Nações Unidas e da União Europeia.

IMAGENS: 1. D. Boaventura de Manufahi in wikipedia.pt; 2. Lista de telefones de Timor; ;

# Mapa Cervejeiro



SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.